



TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO EM MEIOS DE PUBLICAÇÃO DO IF GOIANO

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo, a partir desta data, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano a disponibilizar, gratuitamente, através dos seus meios de publicação (na forma digital ou impressa), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o material bibliográfico, resultante do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a fim de publicação da produção científica brasileira.

1. Identificação do material bibliográfico: Trabalho de Conclusão de Curso (TCC):

Monografia

Artigo Científico.

2. Identificação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC):

Nome completo do(a) autor(a): Meiriely Ferreira Barbosa Rodrigues

Título do trabalho: Educação Infantil: Rotina e organização do espaço e tempo

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento SIM

NÃO¹

Havendo concordância com a publicação, torna-se imprescindível o envio do arquivo em formato digital na extensão .pdf e .xls ou .xlsx do trabalho.

Local, 03 de outubro de 2022.

Assinatura do(a) autor(a)

¹ neste caso o documento ficará embargado por até um ano, a partir desta data de defesa. A disponibilização poderá ainda ser realizada em qualquer tempo, assim como a extensão do embargo (esta carece de justificativa), desde que solicitadas por escrito junto à Coordenação do curso. Os dados do trabalho não serão disponibilizados durante o período do embargo.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO -



Curso de Licenciatura em Pedagogia e Educação Profissional e Tecnológica na Modalidade a Distância

Anexo II

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CURSO

Aos 23 dias do mês de setembro de dois mil e vinte e dois, às 20:00 horas, reuniu-se a banca examinadora composta pelos docentes: Eliane Teodoro Coimbra Pareja (orientadora), José Ângelo Gomes Nunes (membro 1), Nayna Suzy Vieira Botelho (membro 2), para examinar o Trabalho de Curso intitulado “**Educação Infantil: Rotina e organização do espaço e tempo**” da estudante **Meiriely Ferreira Barbosa Rodrigues**, Matrícula nº 2018205221351296 do Curso de Licenciatura em Pedagogia e Educação Profissional e Tecnológica na Modalidade a Distância. A palavra foi concedida a estudante para a apresentação oral do TCC, houve arguição da candidata pelos membros da banca examinadora. Após tal etapa, a banca examinadora decidiu pela **APROVAÇÃO** da estudante. Ao final da sessão pública de defesa foi lavrada a presente ata que segue assinada pelos membros da Banca Examinadora.


ELIANE TEODORO COIMBRA PAREJA

Orientador/Presidente da Banca



Membro



Membro



Acadêmica

EDUCAÇÃO INFANTIL: ROTINA E ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO E TEMPO

Meiriely Ferreira Barbosa Rodrigues¹

Prof^a Eliane Teodoro T. Coimbra Pareja²

RESUMO

O tema pesquisado tem como finalidade a rotina e organização do espaço e tempo na educação infantil com intuito de analisar o andamento das atividades diárias em determinados núcleos infantis. Assim como observar o processo de ensino e aprendizagem nos ambientes educacionais. O objetivo principal desse trabalho é apontar a importância da rotina e organização do espaço e tempo no processo de ensino e aprendizagem da criança quanto seu desenvolvimento, considerando o prejuízo que poderá obter quando não assistida em suas necessidades básicas, cognitivo, afetivo e social. A problemática apresentada é: Qual a contribuição da organização da rotina, do espaço e tempo na educação infantil? A justificativa baseia-se na Base Nacional Comum Curricular (2020), Lei de diretrizes e Base (1996), Referencial Curricular Nacional de Educação Infantil (1998) Oliveira (2007) Kramer, (2009), Horn (2017), Gobbato (2005) entre outras fontes específicas. Na qual evidência que a rotina e organização desse espaço e tempo, tem se tornado monótona, arbitrária e automática quanto a didática pedagógica em cuidar, educar e no processo de ensino e aprendizagem. O trabalho é segmentado em: A trajetória da educação infantil brasileira, A trajetória legislativa da educação infantil, Tabelas e gráficos com características do contexto histórico, Rotina e organização do espaço e tempo na educação infantil, organização do espaço e do tempo, A rotina e o espaço como processo de ensino e aprendizagem na educação infantil. A metodologia aplicada é de ordem bibliográfica, com abordagens qualitativa e quantitativa de natureza básica, e quanto aos objetivos é exploratória, tendo como autores principais: Gil (2002), Zanella (2013), Kauark (2010). Os resultados é discussões demonstraram que o ambiente de educação infantil pode ser um caminho de autonomia, de prestígio e desenvolvimento das crianças quanto a rotina e organização do espaço e tempo na qual tem finalidades de permitir que a criança tenha liberdade em seu processo de ensino e aprendizagem. Desta forma observa-se que os espaços educacionais precisam ser mais atrativos, estimulantes na qual permitam que as crianças tenham livre-arbítrio nas práticas pedagógicas, no brincar, cuidar, e nas escolhas de suas necessidades básicas.

Palavras-chave: Criança; Educação Infantil; Rotina; Espaço; Tempo.

ABSTRACT

The researched theme aims at the routine and organization of space and time in early childhood education in order to analyze the progress of daily activities in certain children's centers. As well as observing the teaching and learning process in educational environments. The main objective of this work is to point out the importance of the routine and organization of space and time in the teaching and learning process of the child regarding its development, considering the damage that it can get when not assisted in its basic, cognitive, affective and social needs. The problem presented is: What is the contribution of the organization of routine, space and time in early childhood education? The justification is based on the National Curricular Common Base (2020), Law of guidelines and Base (1996), National Curricular Reference for Early Childhood Education (1998) Oliveira (2007) Kramer, (2009), Horn (2017), Gobbato (2005)) among other specific sources. In which evidence that the routine and organization of this space and time has become monotonous, arbitrary and automatic as the pedagogical

¹ Graduando do Curso em licenciatura em Pedagogia do Instituto Federal Goiano Câmpus Iporá. Graduada pela universidade Estadual de Goiás UEG em licenciatura em letras. E-mail:meirielyslmb@gmail.com

² Especialista em Psicopedagogia e Educação Infantil pela Faculdade de Iporá-FAI Graduada em Pedagogia com habilidades em Orientação, Administração Escolar, Supervisão Escolar, Licenciatura Plena para atuar na Educação Infantil, Nas series iniciais do Ensino Fundamental, na Educação de Jovens e Adultos e nas matérias pedagógicas do Ensino Médio - pela Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão – PR – FECILCAM/UNESPAR; Prof^a do Ensino Fundamental na Rede Municipal de Iporá. Bolsista como prof. Formadora pela Universidade Aberta do Brasil – UAB. profelianeteodoro@gmail.com

didactics in caring, educating and in the teaching and learning process. The work is divided into: The trajectory of Brazilian early childhood education, The legislative trajectory of early childhood education, Tables and graphs with characteristics of the historical context, Routine and organization of space and time in early childhood education, organization of space and time, Routine and space as a teaching and learning process in early childhood education. The methodology applied is of a bibliographic nature, with qualitative and quantitative approaches of a basic nature, and regarding the objectives it is exploratory, having as main authors: Gil (2002), Zanella (2013), Kauark (2010). The results and discussions showed that the early childhood education environment can be a path of autonomy, prestige and development of children regarding the routine and organization of space and time in which it aims to allow the child to have freedom in their teaching process and learning. In this way, it is observed that educational spaces need to be more attractive, stimulating in which they allow children to have free will in pedagogical practices, in playing, caring, and in choosing their basic needs.

Keywords: Kid; Child education; Routine; Space; Time.

1. INTRODUÇÃO

A Rotina e Organização do Espaço e Tempo na educação Infantil no Brasil só vai ser determinada as crianças depois da Lei 9.394 de diretrizes e Base da Educação em 1996, pós Constituição Federal de 1988, que estabeleceu o direito da criança ao ensino, gratuito, laico e de qualidade nas instituições de educação infantil. Antes das legislações específicas quanto ao sujeito criança, o país era configurado em maus tratos, exploração sexual nas colônias agrícolas, escravidão do negro, lutas trabalhistas no processo de industrialização, reivindicações dos educadores em busca de uma educação de qualidade para todos e principalmente a dignidade da criança quanto seu ensino e aprendizagem.

A organização da rotina no espaço e tempo no ambiente de educação infantil, compreende a necessidade de um olhar mais crítico quanto a totalidade dos requisitos que contemplam cada etapa dentro do ambiente escolar, na qual se faz parte o cuidar, educar, brincar e o processo de ensino e aprendizagem.

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar a importância da rotina e organização do espaço e tempo na Educação Infantil considerando o prejuízo que a criança poderá ter quanto ao processo de desenvolvimento humano e intelectual.

Os objetivos específicos são: Apresentar a trajetória da Educação Infantil brasileira; Discorrer a trajetória legislativa da educação infantil; Analisar as tabelas e gráficos referentes ao contexto educacional de 1890, 1950, 1980, 2005 e 2010 com pontuações de 2018 e 2019. Apontar a importância da rotina e a organização no espaço e tempo no processo de ensino e aprendizagem. A problemática apresentada é: Qual a contribuição da organização da rotina, do espaço e tempo na educação infantil?

O estudo justifica-se na Base Nacional Comum Curricular de (2020), que constituiu a criança, como ser autônomo, de direito a aprendizagem nas quais deve ser assegurada o

desenvolvimento integral por meio dos campos de experiências ³ e habilidades, respectivos a idade de maturação, pautadas na Constituição Federal de (1988), Lei de diretrizes e base, de (1996) Referencial curricular Nacional de educação infantil (1998) e estudos específicos sobre a dialética do tema.

No Brasil grande parte das crianças estão matriculadas em algum centro municipal de educação Infantil (CMEIS) é ou instituições particulares, nas quais entram as 7:00hs e saem as 17hs. Correndo um período de 10hs dia, de segunda a sexta feira, sendo um intervalo extenso de permanência em um mesmo lugar. Assim se faz necessário perceber como a rotina, o espaço e tempo pode interferir de forma favorável e desfavorável no processo de ensino e aprendizagem da criança.

Autores como Barbosa (2006), Proença (2004), Batista (1998), Amorim (2005), Guimarães (2007) Ortiz (2012), asseguram que a rotina é importante na vida do ser humano porque envolve várias questões quanto horário, tempo, empregabilidade, entre outras situações da vida. E que dentro do ambiente de educação infantil é necessário para manter a ordem como também a segurança dos professores e alunos quanto a estruturação administrativa pedagógica da instituição.

Oliveira (2007), Kramer (2009), Horn (2017), Gobbato (2015), Lopes(2018), relatam que o espaço de educação infantil deve ser acolhedor, dinâmico, estimulante, exploratório, permitindo a criança brincar, participar, aprender, investigar, criticar e se socializar com coleguinhas, professores e funcionários da instituição.

Rinaldi (2012) Oliveira (2013), Zabala (2014), BNCC (2020), afirmam que o tempo empregado no ambiente escolar deve proporcionar a criança autonomia para o desenvolvimento integral por meio das atividades pedagógicas, brincadeiras, descanso, alimentação entre outras situações que configuram o espaço de educação infantil.

IBGE, IPEA, INEP⁴, por meio de estudos e pesquisas apontam estáticas importantes sobre a população em geral, instrução, frequência escolar entre outros dados relevantes que colaboram com este estudo em períodos específicos de 1890, 1950, 1980, 2005 e 2010 com pontuações da educação infantil e ensino fundamental pelo INEP de 2019.

³ Campos de experiência “O eu, o outro e o nós, Corpo, gestos e movimentos, Traços, sons, cores e formas, Escuta, fala, pensamento e imaginação, Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações” (Base Comum Curricular 2020, p.40).

⁴ **IBGE**- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, **IPEA**- Instituto de pesquisa Econômica aplicada, **INEP**- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Art. 1º O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, fundação pública instituída nos termos do art. 190 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, com sede e foro em Brasília, vinculado ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Desta forma para melhor compreender esta pesquisa, é necessário percorrer a trajetória da educação infantil no Brasil, buscando os principais acontecimentos que fizeram parte do contexto educacional, legislativo, social e econômico do país durante colonização, migração, industrialização e formação dos grandes centros urbanos.

Depois ressaltar o crédito inserido na educação básica, principalmente na educação infantil pós criação da Constituição Federal, Lei de diretrizes e Base, Referencial Curricular de Educação infantil e Base Nacional Comum Curricular, que são efetivamente um tratado que permitiu que a criança, adolescentes, jovens e adultos pudessem percorrer um caminho menos doloroso para obter acesso de qualidade ao conhecimento, e posteriormente é apresentado as tabelas e gráficos do contexto histórico com datas específicas conforme décimo parágrafo desta introdução.

Também é atribuindo a rotina e organização do espaço e tempo nas instituições de educação infantil, refletindo sobre questões que envolvem o processo de ensino e aprendizagem, como cuidados básicos de educar e brincar, voltados para autonomia da criança.

A metodologia quanto ao procedimento aplicado é da pesquisa bibliográfica com levantamento do estudo em livros, artigos científicos, meios eletrônicos e páginas na web. No que se refere a natureza do trabalho a pesquisa é básica, pois se buscar gerar conhecimento a partir de um outro conhecimento já estudado. Quanto abordagem é qualitativa e quantitativa porque evidencia fenômenos estudados como os dados levantados em tabelas e gráficos, a extensão da amostra, os instrumentos de pesquisa e os pressupostos teóricos que nortearam a investigação. Quanto a classificação dos objetivos esta é exploratória, porque visa elucidar com familiaridade o problema levantando por meios bibliográficos, hipóteses apresentadas e coletas de experiências do tema em estudo por autores específicos.

Os resultados e discussões apontam que a rotina é fundamental no ambiente de educação infantil porque tem finalidade de segurança e organização quanto a imprevistos, prioridades, adequações dentro das atividades pedagógicas, entre outras necessidades dos alunos. A organização do espaço consente que a criança se sinta segura, e nesse ambiente educacional a criança vai desenvolver suas habilidades singulares porque o espaço na qual ela está, permite sua autonomia. Quanto ao tempo percebe-se que a criança passa grande parte de sua semana dentro de um ambiente de educação infantil, sendo necessário um olhar reflexivo quanto as atividades pedagógicas, brincadeiras, cuidar e educar dos sujeitos de forma que atendam suas necessidades singulares.

Portanto compreende que esta pesquisa aborda questões que são importantes para a criança que passa um amplo tempo em um ambiente de educação infantil ao longo da semana,

sendo necessária uma atenção por parte dos educadores e responsáveis pela instituição, quanto a forma que são interpretados e aplicados os métodos didáticos pedagógicos, como ao processo de ensino e aprendizagem, que tem como base o cuidar, educar e brincar da criança, que em seu núcleo central está o desenvolvimento integral do sujeito que segundo as leis tem direitos de educação de qualidade, laica e gratuita em sua formação educacional.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A trajetória da educação infantil brasileira

Segundo Oliveira (2007), até o século XIX não existia atendimento para crianças em creches⁵ e escolas no Brasil, grande maioria vivia nas fazendas com senhores proprietários nas quais eram filhos de mães solteiros, órfãos, abandonados, pobres, índios e negros que estavam expostos aos maus tratos e a exploração sexual aos cuidados das famílias dos senhores. Os que ficavam na zona urbana eram coletados para a chamada “roda de expostos” que existia já em algumas cidades do Brasil desde do século XVIII. As coisas começam a mudar com abolição dos escravos, a regência da lei áurea e a migração das pessoas para a zona urbana junto com as modificações da tecnologia, cultura, e proclamação da república em 15 de novembro de 1889. Entretanto mesmo com essas mudanças outros problemas mais sérios começam a apontar, os negros em grande parte estavam com suas crianças em miséria e abandono nas ruas, a criminalidade em alta, não havia soluções imediatas para as crianças que em grande parte entrava na nomenclatura da taxa de mortalidade infantil da época.

“Foi o terrível espetáculo de crianças mortas de fome e de frio, ou devoradas por cães ou porcos que inspirou aos governos das cidades à ideia da criação da “roda”. Era um aparelho mecânico formado por um cilindro, fechado por um dos lados (MESGRAVIS 1975, p. 403).

Para Id (2007), a demanda de indivíduos sobrecarregando os asilos dirigidos por instituições privadas, fez com que o governo começasse a implantar em São Paulo o Jardim de Infância em 1986, Escola Normal Caetano de Campos em São Paulo em 1909, e o jardim de infância⁶ em Campos Sales em 1910 como também o jardim de infância Barbara Antoni e

⁵ Creches instituições criadas no séc. XIX para cuidar das crianças pobres no início da abolição dos escravos e proclamação da república (OLIVEIRA 2007, p.5). “Tanto as creches para as crianças de zero a três anos como as pré-escolas, para as de quatro a seis anos, são consideradas como instituições de educação infantil. A distinção entre ambas é feita apenas pelo critério de faixa etária (RCNEI, 1998, p.13).

⁶ Jardins de infância movimento Europeu trazida para o Brasil sobre influência americana, destinado no primeiro momento os cuidados básicos assistencialista para a classe pobre do Brasil e que anos, mas tarde se tornou local de atividades pedagógicas para as crianças (OLIVEIRA 2007, p.92-93).

outros três no Rio de Janeiro com intuito de ser a primeira concepção de separação das crianças de asilos e um novo pensar sobre cuidado infantil, discursado por Rui Barbosa e apresentado no projeto de 1882 como reforma e instrução distinguido a salas do asilo, escolas infantis e Jardins de infância.

Em conformidade Oliveira (2007), as questões sociais em andamento empreendiam grandes passos, o cuidado com as crianças por meio da criação do Instituto de Proteção e Assistência a Infância em 1899 e o Departamento da Criança em 1919, fez com que as questões sociais e assuntos pedagógicas científicas pudessem ser ingressados como pauta de estudo. O que também proporcionou no Brasil um crescimento exponencialmente significativo do número de creches e jardins de infância principalmente nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte entre outras pelo Norte do País.

O ensino primário era o que mais atendia as crianças da época, o que demonstra nos estudos de Oliveira (2007), que em contrapartida a urbanização junto com a industrialização se desbrava dando início ao século XX, abolindo a estrutura familiar tradicional onde os filhos ficavam em casa com cuidados de familiares. No entanto agora o trabalho parti para outro local que não é sua casa, e a mulher se dirige a outro lugar, as fábricas abertas pelos então imigrantes europeus, desvinculando-se de seus filhos muitos ainda pequenos. Époça esta que surge também as então criadeiras ou então fazedoras de anjos devido ao número alarmante de crianças que morriam aos seus cuidados por não haver estruturas físicas e condições de cuidado como higiene e alimentação além da falta de atendimento psicológico pela separação da mãe.

Com aceleração da industrialização as crianças foram ficando junto com seus pais em condições precárias de serviço, o que para Id (2007), é onde surge⁷ os protestos contra as associações patronais que resistiam em não concordar com melhorias, o que mais tarde levou alguns empresários de setores da indústria e comércio a atrair e reter sob força de trabalho atendimentos para classe, construindo creches para os filhos das mães que trabalhavam em suas fabricas, clubes esportivos, e as então vilas operárias nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e o norte do país. Desta forma afirma Kuhlmann (2015):

A creche da companhia e fiação de tecidos Corcovado (RJ) fundou-se em 13 de novembro de 1899, a fábrica Corcovado já havia criado o Montepio dos Operários em 1896, com objetivo de prestar assistência médica e dentaria, socorros funerais e pecuniários aos sócios empregados daquele estabelecimento e suas famílias. Cabe ressaltar que – quando ainda hoje o reconhecimento da paternidade é tão discriminado, o regulamento garantia a matrícula aos filhos de todos os operários e não apenas as

⁷ Surgimento foi o ponto central dos protestos das mães, dos operários em busca de melhores condições de trabalho, salários, revolta da mão de obra infantil, e locais de atendimento para as crianças (OLIVEIRA 2007, p.95-96).

mães operárias. Há outros exemplos de creche e escolas maternais em indústrias, como a Companhia de Tecidos Aliança, do Rio de Janeiro (KUHLMANN JR, 2015, p.9).

Kuhlmann Jr (2015) em seu texto discorre que a criação das creches, e o atendimento médico era algo significativo para as mães operárias, que tinham que ficar muito tempo longe de suas crianças e ainda não poder prestar assistência de qualidade a família, que dependia dela para o sustento. Além disso o regulamento das creches permitia que crianças de todos os operários poderiam ter acesso ao atendimento, sendo um passo para futuras reivindicações expressivas quanto a canalização das mudanças na educação infantil e na vida das mulheres operárias daquela época.

De acordo com Id (2007), nos anos de 1922 e 1923 três momentos singulares marcaram a infância no País, a regulamentação que incidia melhores condições para a mulher cuidar de seus filhos e amamentar próximo ao ambiente de trabalho. As reivindicações contra os industriais se dirigindo para o Estado que sobre força de opressão canalizou construções de creches e parques infantis. E o primeiro congresso Brasileiro de Proteção à Infância que destinou temas importantes como: educação moral, higiene, aprimoramento da raça e papel da mulher como cuidadora, surgindo das primeiras regulamentações de atendimento infantil no país. Tais mudanças foram um impulso generoso que moveu as articulações políticas, jurídica e médica em prol de analisar as questões da infância como um ponto crucial no crescimento do Brasil durante os congressos. Desse modo Kuhlmann (2015) declara:

As novas instituições não eram apenas um mal necessário, mas representavam a sustentação dos saberes jurídico, médico e religioso, no controle e elaboração da política assistencial que estava sendo gestada e que tinha na questão da infância o seu principal pilar. Cada saber apresentava as suas justificativas para implementação de creches, asilos, ou jardins de infância, seus agentes promoveram a constituição de associações assistencialistas privadas. Essas influências se articularam, em nosso país, tanto na composição das entidades, como na participação e organização de congressos sobre temas das assistências, da higiene, da educação, etc. Que ocorreram em número expressivo durante esse período (KUHLMANN JR, 2015, p.87).

Nas reflexões de Kuhlmann Jr (2015), houve uma quebra de paradigmas em relação ao desenvolvimento das instituições assistencialistas que incluíam as creches, asilos e jardins de infância, em que considerou de total importância uma reconstrução do pensamento ideológico quanto as práticas prestadas em prol das atividades e o atendimento direcionado a criança e sua infância.

Em concordância Oliveira (2007), discorre que em paralelo com as questões de reivindicações das políticas públicas, como as organizações de congresso estavam os

educadores, defendendo uma intervenção política a favor de uma educação de qualidade em decorrência do trabalho pedagógico, opondo-se à escola tradicional, oligarquia rural, a massa rica, e o acesso aos leigos e menos prestigiados do Estado, incorporando a Renovação pedagógica e o chamando movimento escolanovismo, que deu início ao modelo da escola nova, no qual fundaram a Associação Brasileira de Educação, apresentada em 1929 pelo então Lourenço Filho por meio do livro *A Introdução da Escola Nova*.

O movimento escolanovismo ⁸para Id (2007), impulsionou em 1932 o surgimento do Manifesto dos Pioneiros da Educação na qual lutavam em prol de um ensino como função pública, a existência de uma escola única, coeducação de meninos e meninas, a necessidade de um ensino ativo em salas de aula, o ensino elementar laico, gratuito e obrigatório, principalmente para classe operaria, os pobres, concedendo o direito das crianças aprenderem com qualidade e aos educadores de buscarem melhores qualificações.

Assim Oliveira (2007) afirma que entre os anos de 1930 a 1945 se estabeleceu repressão e brutalidades nas ruas, nas várias vias do Estado, trabalhadores contra patrões, sendo necessário uma ordem de manutenção na qual estabeleceu a Consolidação das leis trabalhistas vigente no ano de 1943 na qual atendia em seus requisitos o direito de amamentação aos filhos de trabalhadores em horários cabíveis, sendo uma iniciativa governamental para ampliação de outras áreas da saúde, previdência e assistência social. Afirma Id (2007):

Entendidas como “mal necessário” as creches eram planejadas como instituição de saúde, com rotinas de triagem, lactário, pessoal auxiliar de enfermagem, preocupação com higiene do ambiente físico. Por trás disso buscava-se regular todos os atos de vida, particularmente dos membros das camadas populares, na qual aumentou convênios com instituições filantrópicas e aleitamento materno para combater a mortalidade infantil. A preocupação era alimentar, cuidar da higiene, e da segurança física, sendo pouco valorizado o trabalho orientado a educação e o desenvolvimento intelectual e afetivo da criança (OLIVEIRA 2007, p. 100-101).

Verifica-se nas posições do autor acima, que as creches eram vistas como empecilho para os grandes empresários e até mesmo para algumas categorias governamentais, que utilizavam desses serviços prestados como coação de vida e limitação de direitos contra o serviço operário, se estabelecendo apenas em atender os objetivos da rotina, áreas de saúde e higienização na qual não eram inseridas atividades pedagógicas para o desenvolvimento intelectual, afetivo e cognitivo da criança. Desta forma o governo não atendia e nem abrangia

⁸ Movimento escolanovismo ou movimento da escola nova, criando pelos educadores em 1924 que buscavam ensino laico, gratuito com qualidade a todos (crianças, jovens e adultos), incluindo aqueles que estavam nas margens de desprestígio da sociedade (OLIVEIRA, 2007, p.97-98). Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova (INEP 1944).

os ideais da necessidade de atividades pedagógicas legalizadas para o desenvolvimento integral e sistêmico das crianças pequenas logo nos primeiros anos de contato com o ambiente escolar.

Segundo a UNESCO (2018) nos intermediários de 1946 a 1967 por meio da emenda Constitucional nº 1/1969 houve uma estabilidade com relação ao acesso ao ensino primeiro que permitiu e assegurou os direitos pela educação obrigatória e de qualidade dentro dos quesitos de natureza jurídica. Sendo que destinou aos Estados a liberdade de atuação mediante supletiva atuação da União nos municípios. Mas tarde o regime da ditadura militar oprimiu a estrutura dos direitos civis e políticos do Brasil. Entretanto destinou a educação o financiamento quanto ao ensino primeiro deduzido de contas comerciais para os empregados que tinha filhos mediante salário educação. Quando o regime desestabilizou a constituição conduziu a educação primária com mais ênfase nos diretos.

2.2 A trajetória legislativa da educação infantil

A Constituição Federal de (1988), foi um marco para educação infantil no Brasil, pois conduziu ao Estado, a escola e família o dever de direcionar e manter a criança no ambiente educacional, sendo uma base para estabelecer um futuro mais significativo quanto ao processo de ensino aprendizagem, dando início a uma revolução nas questões educativas políticas e sociais do país.

Com o crescimento do capitalismo no Brasil, os protestos cada vez mais intensos, as creches começaram a intensificar o atendimento integral para as crianças de mulheres operárias, domésticas, funcionários do comércio e do empregado público que buscavam serviços de atendimento qualificado para seus filhos sendo está circunstância um impulsionador para criação da Lei nº4.024 de Diretrizes e Base Educação Nacional (LDB) aprovada em 1961. Segundo a LDB (1961) a educação pré-primária destina-se aos:

Art. 23. A educação pré-primária destina-se aos menores até sete anos, e será ministrada em escolas maternas ou jardins-de-infância. (Revogado pela Lei nº 5.692, de 1971). Art. 24. As empresas que tenham a seu serviço mães de menores de sete anos serão estimuladas a organizar e manter, por iniciativa própria ou em cooperação com os poderes públicos, instituições de educação pré-primária. (Revogado pela Lei nº 5.692, de 1971) (BRASIL, 1961).

A LDB de (1961) distinguiu o momento educacional no Brasil, pois abriu portas para que as crianças menores de 7 anos pudessem ter acesso ao ambiente escolar, sendo sim uma vitória para as mães e educadores que buscavam a muito tempo o direito das crianças de terem acesso à educação de qualidade. Mas tarde a LDB 9394/96 padroniza questões quanto ao

atendimento, idade e currículo na educação infantil, fundamental e médio. Estabelecendo modelos quanto ao processo de ensino e aprendizagem no país.

Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (BRASIL 1996, p.20).

Desta forma a lei direciona que o currículo alcance todas as etapas da educação no país, incrementado as diversidades regionais que formam o povo brasileiro e sua identidade, demonstrando ser mais uma conquista para educação.

Segundo Moura (2014,p. 14) “compreende-se que a histórica dualidade estrutural na esfera educacional não é fruto da escola, mas da sociedade dual/cindida em que se vive, por imposição do modo de produção capitalista”. A escola é meio de transformar vidas.

Com o passar do tempo a LDB foi ressignificado os processos da educação de acordo com as mudanças temporais, necessidades e revoluções presentes que fizeram manter, vetar ou incrementar em seu texto melhorias em prol de atender os sujeitos. Sendo assim a LDB 9394/96 estabelece em seus artigos o atendimento e a rotina na educação Infantil. Quanto à disposição:

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. Art. 30. A educação infantil será oferecida em: I – creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II – pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade. Art. 31. A educação infantil será organizada de acordo com as seguintes regras comuns: I – avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental; II – carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuída por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional;2 III – atendimento à criança de, no mínimo, 4 (quatro) horas diárias para o turno parcial e de 7 (sete) horas para a jornada integral; IV – controle de frequência pela instituição de educação pré-escolar, exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas; V – expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança (BRASIL 2020, p. 23).

A lei direciona a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica, com oferta de atendimento integral com finalidades de desenvolvimento, cognitivo, psicológico e social de crianças de (0 a 5) anos, na qual é oferecida em creches é ou instituições que tenham autorização e condições para funcionamento, sendo separado o atendimento de acordo com faixa etária da criança. Que são divididas em creche: crianças de até 3 (três) anos, pré-escolas crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos assim sucessivamente passando para ensino fundamental.

Além da oferta a lei estabelece critérios quanto a organização da instituição implicando avaliação sem promoção, focando no aprendizado da criança, carga horária de no mínimo 7 horas para ensino integral, controle de frequência de no mínimo 60% e expedição de documentos que demonstram o desenvolvimento da criança no seu processo de aprendizagem.

Com a Lei Nº 5.692, De 11 De Agosto De 1971, o primeiro grau fica destinado a formação das crianças e pré-adolescente, com conteúdo destinados à sua faixa etária de desenvolvimento.

Art. 17. O ensino de 1º grau destina-se à formação da criança e do pré-adolescente, variando em conteúdo e métodos segundo as fases de desenvolvimento dos alunos.
 Art. 19. Para o ingresso no ensino de 1º grau, deverá o aluno ter a idade mínima de sete anos. § 1º As normas de cada sistema disporão sobre a possibilidade de ingresso no ensino de primeiro grau de alunos com menos de sete anos de idade. § 2º Os sistemas de ensino velarão para que as crianças de idade inferior a sete anos recebam conveniente educação em escolas maternas, jardins de infância e instituições equivalentes (BRASIL, 1971, p.2).

A lei de 1971 considera que a criança menor de 7 anos tenha acesso a escolas maternas, jardins de infância e os pré-adolescentes as instituições escolares, sendo que os conteúdos didáticos sejam direcionados a sua idade de desenvolvimento. Desta forma anos mais tarde o RCNDEI vem propor questões quantos aos conteúdos didáticos direcionados as crianças pequenas quanto ao seu processo de ensino aprendizagem.

Em 1998 apresenta-se então o RCNDEI que integra como meta na rotina atividades educativas por meio de brincadeiras que respaldam o desenvolvimento da identidade da criança cuja seu direito é reconhecido. Para orientação os documentos estabelecem eixos quanto:

Um documento Introdução, que apresenta uma reflexão sobre creches e pré-escolas no Brasil, situando e fundamentando concepções de criança, de educação, de instituição e do profissional, que foram utilizadas para definir os objetivos gerais da educação infantil e orientaram a organização dos documentos de eixos de trabalho que estão agrupados em dois volumes relacionados aos seguintes âmbitos de experiência: Formação Pessoal e Social e Conhecimento de Mundo. Um volume relativo ao âmbito de experiência Formação Pessoal e Social que contém o eixo de trabalho que favorece, prioritariamente, os processos de construção da Identidade e Autonomia das crianças. Um volume relativo ao âmbito de experiência Conhecimento de Mundo que contém seis documentos referentes aos eixos de trabalho orientados para a construção das diferentes linguagens pelas crianças e para as relações que estabelecem com os objetos de conhecimento: Movimento, Música, Artes Visuais, Linguagem Oral e Escrita, Natureza e Sociedade e Matemática (BRASIL, 1998, p. 9).

Os eixos vêm atender critérios quanto a educação básica na realização do trabalho educativo junto as crianças pequenas que são direcionadas para o ensino fundamental estabelecidos na LDB de (1996), que tem como intuito a formação integral da crianças nos aspectos da formação de identidade para o mundo social que integra condições de aprendizagem

dando-lhe autonomia de conhecimento por meio de brincadeira envolvendo arte, música, linguagens entre outras situações que são necessárias.

Em sequência é constituída a (BNCC)⁹ de (2017), com alterações já pontuadas em 2020 que integra várias questões educativas para o ambiente escolar da educação infantil visando nas modificações tecnologias presentes, associar em primeiro momento os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, campos de experiências e competências, objetivos de aprendizagem e desenvolvimento infantil além da transição da educação Infantil para ensino fundamental sem prejudicar o educando nas questões de atividades pedagógicas constituindo a etapa da educação infantil no Brasil.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) com atualização em (2020) trata da Educação Infantil e seus respectivos direitos de aprendizagem de acordo com os eixos estruturantes de interações e brincadeira, assegurando que a criança tenha condições de aprender e desenvolver durante sua estadia na educação infantil mediante os direitos de aprendizagem, os objetivos de aprendizagem e o desenvolvimento em que são integrados aos campos de habilidades respectivos a cada faixa etária da criança. Desta maneira entende-se que:

Os direitos de aprendizagem e desenvolvimento são conviver, brincar, participar, explorar, expressar, conhecer-se. Os campos de experiências são: o eu, o outro e o nós, corpo, gestos e movimentos; traços, sons, cores e formas; Escuta, fala, pensamento e imaginação; Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações. Os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para a educação infantil reconhecendo as especificidades dos diferentes grupos etários que constituem a etapa da educação infantil organizou-se em três grupos por faixa etária, que correspondem, aproximadamente, às possibilidades de aprendizagem e às características do desenvolvimento das crianças de acordo com atendimento em: creche - bebês (zero a 1 ano e 6 meses) crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Pré-escola crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses) (BNCC 2020, p.41-44).

Segundo a BNCC (2020) a estrutura da educação básica quanto a educação Infantil visa unir no currículo possibilidades para que as crianças possam ser atendidas de forma singular de acordo com a faixa etária de desenvolvimento para que as mesmas possam corresponder-se sem ser interrompidas em seu processo educativo. Desta forma compreende que o a rotina e organização do espaço e tempo dentro do ambiente de educação infantil é fundamental para o processo de ensino e aprendizagem.

2.3 Tabelas e gráficos com características do contexto histórico

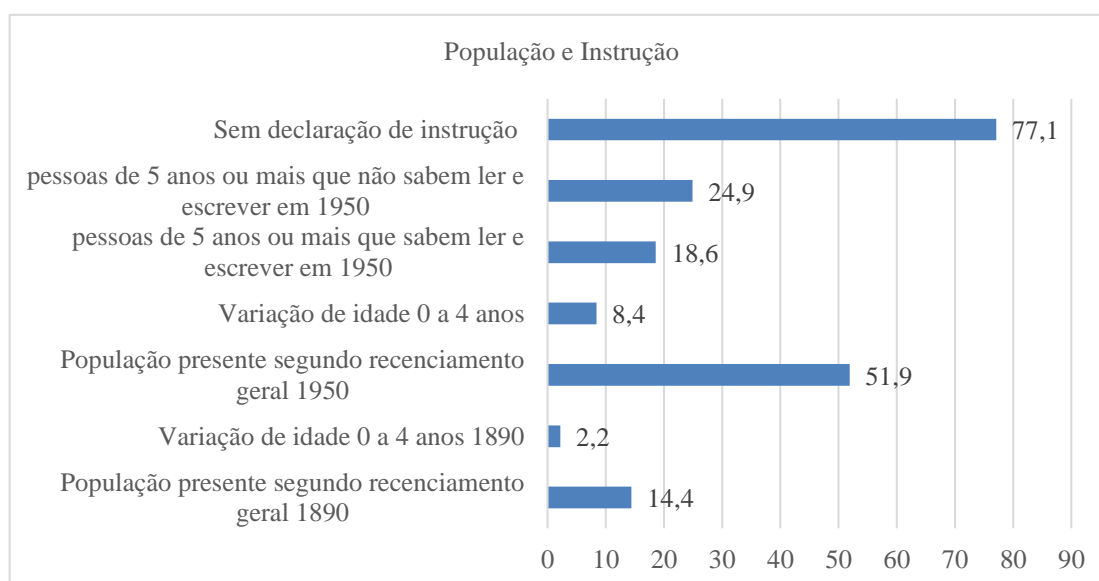
⁹ BNCC Base Nacional Comum Curricular criada em 2017, com atualização em 2020, documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais em que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da educação básica (BNCC, 2020, p.7).

Tabela 1 Características Contexto Histórico de 1890 e 1950

Período	XVIII início século XIX
Contexto	País escravocrata
Características	exploração sexual, órfãos
População presente segundo recenseamento geral 1890	14,4
Variação de idade 0 a 4 anos 1890	2,2
População presente segundo recenseamento geral 1950	51,9
Variação de idade 0 a 4 anos	8,4
peças de 5 anos ou mais que sabem ler e escrever em 1950	18,6
peças de 5 anos ou mais que não sabem ler e escrever em 1950	24,9
Sem declaração de instrução	77,1

Fonte: dados do IBGE de 1956, com modificação do autor.

Gráfico 1 Características Contexto Histórico de 1890 e 1950



Fonte: dados do IBGE, volume I do censo demográfico brasileiro de (1956), com modificação do autor.

A tabela 1 e o gráfico 1 é apresentado por período, contexto, característica, população geral, variação de idade de 0 a 4 anos, nas ocasiões de 1890 e 1950, sendo que no ano de 1950 inclui grau de instrução de sujeitos de 5 anos ou mais. Sendo que a população presente segundo recenseamento geral 1890 é 14,4 milhões, Variação de idade 0 a 4 anos 2,2 milhões. População presente segundo recenseamento geral de 1950 é de 51,9 milhões, variação de idade 0 a 4 anos é de 8 milhões, pessoas de 5 anos ou mais que sabem ler e escrever 18,6 milhões, pessoas de 5 anos ou mais que não sabem ler e escrever 24,9 milhões e sem declaração de instrução 77,1 mil.

Segundo o volume 1 do censo demográfico do Brasil de (1956), o primeiro recenseamento censitário ocorreu em 1872, época do Brasil império estabelecida pela Lei n.º

1.829, de 9 de setembro de 1870, neste incluíram característica de sexo, idade, cor, estado conjugal, religião, nacionalidade e instrução, que se repetiu no ano de 1890.

Nos anos de 1950¹⁰ teve expansão de investigação de “sexo, idade, cor, religião, estado conjugal, nacionalidade” incluindo discriminações de moradores presentes e ausentes além de integrar o censo das américas segundo a solicitação da ONU¹¹.

Tabela 2 Contexto histórico da educação 1980

Período	Final do século XIX início século XX
Contexto	Abolição da escravidão, proclamação da república
característica	Asilos, Jardim de infância, Constituição Federal
População residente segundo recenseamento geral	119,1
população residente em forma de declaração de idade e sexo, segundo a idade 0 a 6 anos	22,5
Estudantes de 5 a 6 por grupo de idade e sexo, situação de domicílio e série frequentada (pré-escola) área urbana	745,8

Tabela 2 Fonte IBGE IX recenseamento geral (1983), com modificação do autor.

Gráfico 2 Contexto histórico da educação 1980

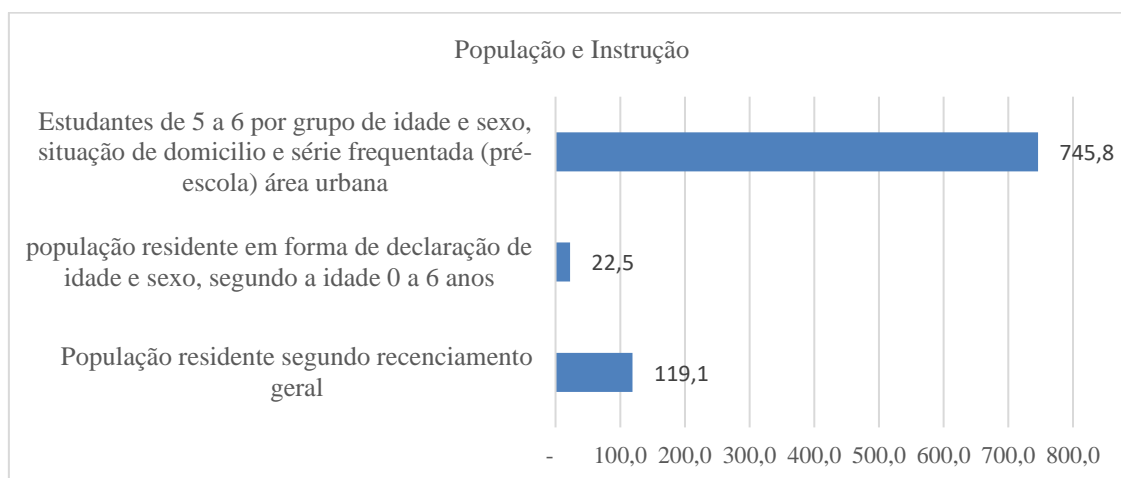


Gráfico 2 Fonte IBGE IX recenseamento geral (1983), com modificação do autor.

A tabela 2 e gráfico 2 corresponde a população geral de 1980 que é de 119,1 milhões de pessoas, desta 22 milhões são população residente de 0 a 6 anos, na qual somente 745,8 mil de

¹⁰ O Recenseamento Geral de 1950 é a sexta operação levada a efeito para o conjunto do País. Abrange os Censos Demográfico, Agrícola, Industrial, Comercial, e dos Serviços, e inquéritos especiais sobre Transportes e Comunicações (BRASIL 1956, p. 10).

¹¹ O Recenseamento Geral de 1950 orientou-se também por estudos e recomendações da Organização das Nações Unidas, integrando-se no censo das Américas de 1950, promovido pelo Instituto Interamericano de Estatística (BRASIL 1956, p.10).

5 a 6 anos estão com frequência na escola¹². O censo demográfico de 1980 é o IX no país, na qual apresenta características peculiares desta época, na qual mudanças significantes estão ocorrendo na população.

Segundo o IPEA¹³ 1980 -1991 o orçamento da educação teve queda devido vários cursos de níveis superiores que foram inibidos no Brasil, com diminuição de matrículas. Considerando o fim da ditadura militar e a chegada da constituição Federal, o país enfrentou desemprego e alto nível de inflação, além dos vários projetos do governo ficarem paralisados na qual os objetivos de desenvolvimento econômico e social ficaram desprovidos em várias estâncias, incluindo a educação de crianças, que mesmo tendo direitos, grande parte não conseguia ir à escola. Contudo com a chegada da LDB de 1996, RCNEI 1998, entre outras políticas públicas governamentais o cenário começa a se configurar de forma positiva, principalmente para as crianças bem pequenas e pequenas considerada atualmente pela BNCC.

Tabela 3 contexto histórico da educação 2005

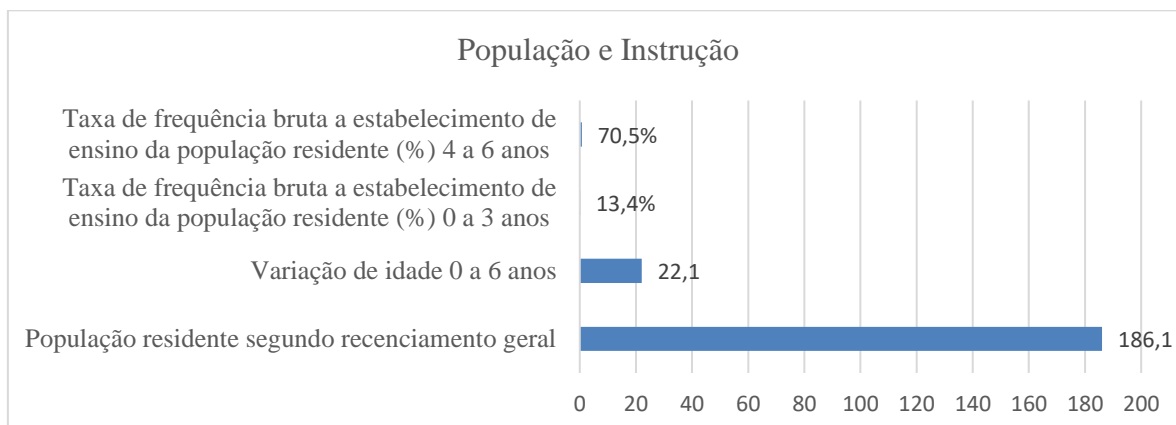
Período	Século XXI
Contexto	Infraestrutura Educacional
Característica	Base educacional da educação Infantil estabelecida
População residente segundo recenseamento geral	186,1
Varição de idade 0 a 6 anos	22,1
Taxa de frequência bruta a estabelecimento de ensino da população residente (%) 0 a 3 anos	13,4%
Taxa de frequência bruta a estabelecimento de ensino da população residente (%) 4 a 6 anos	70,5%

Fonte IBGE 2005 síntese de indicadores sociais pesquisa socioeconômica número 17, com modificação do autor.

¹² Considerou-se como frequência a escola não só o atendimento a cursos regulares, mas também a Pré-escolar, Alfabetização de adultos, Supletivo (frequentam escola ou através de rádio ou TV), Vestibular, Mestrado ou Doutorado (IBGE 1983, p. 30).

¹³ Art. 1º O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, fundação pública instituída nos termos do art. 190 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, com sede e foro em Brasília, vinculado ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Gráfico 3 Contexto histórico da educação 2005



Fonte IBGE 2005 síntese de indicadores sociais pesquisa socioeconômica número 17, com modificação do autor.

A tabela 3 e o gráfico 3 correspondem ao ano de 2005 com a população geral residente de 186,1 milhões, destes 22,1 milhões são crianças de 0 a 6 anos, nas quais as crianças de 0 a 3 anos, apenas 13,4% estão na escola e as crianças de 4 a 6 anos 70,5% estão frequentes. Um índice baixo para o país que já tem políticas públicas importantes com relação a educação infantil.

Segundo IBGE (2005 p.76) “o Brasil possui ainda uma proporção de 11,4% da sua população de 15 anos ou mais de idade que declara não saber ler ou escrever um bilhete simples. Essa taxa de analfabetismo é similar à apresentada por países como Jordânia (10,1%), Peru (12,3%)” entre outros.

Entretanto aspectos importantes na educação como a distribuição de livros didáticos ao ensino médio, programa escola de fábrica, inserção da Língua Brasileira de Sinais (Libras) no currículo de professores, e o ensino obrigatório para as crianças com duração de 9 anos no ensino fundamental contribui de forma significativa nesse período, entretanto muitas mudanças ainda precisam acontecer no sistema de ensino (BRASIL 2005-2007).

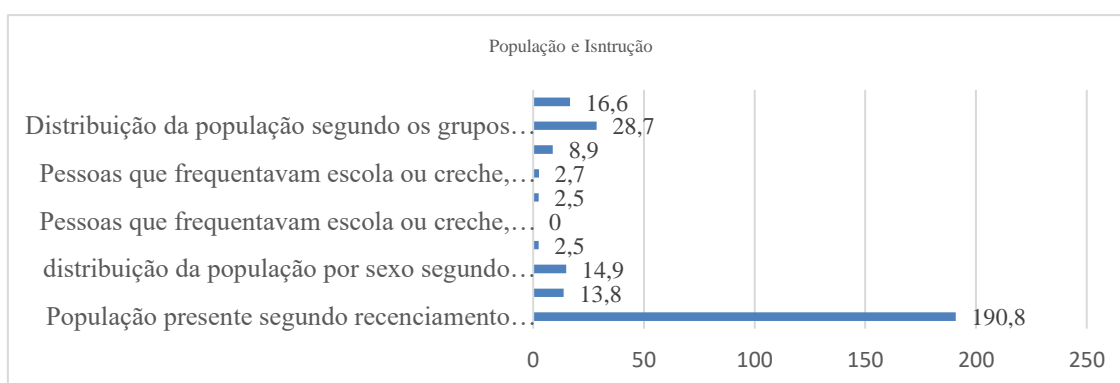
Tabela 4 Contexto histórico 2010

Período	Século XXI
Contexto	Grandes centros urbanos, industrialização, tecnologia
características	Currículo, organização da rotina, espaço e tempo
População presente segundo recenseamento geral	190,8
Distribuição da População por sexo segundo os grupos de idade de 0 a 4 anos	13,8
distribuição da população por sexo segundo de grupo de idade 5 a 9 anos	14,9
Pessoas que frequentavam escola ou creche, por curso que frequentavam 0 a 3 anos	2,5

Pessoas que frequentavam escola ou creche, por curso que frequentavam 4 anos	2,1
Pessoas que frequentavam escola ou creche, por curso que frequentavam 5 anos	2,5
Pessoas que frequentavam escola ou creche, por curso que frequentavam 6 anos	2,7
Pessoas que frequentavam escola ou creche, por curso que frequentavam 7 a 9 anos	8,9
Distribuição da população segundo os grupos de idade e sexo 0 a 9 anos	28,7
População geral de crianças que frequentam escola ou creche 0 a 9 anos	16,6

Fonte: IBGE Censo demográfico educação e descolamento 2010, com modificação do autor.

Gráfico 4 Contexto histórico 2010



Fonte: IBGE Censo demográfico educação e descolamento 2010, com modificação do autor.

A tabela 4 e o gráfico apresentam uma população de 190,8 milhões de pessoas no Brasil, sendo que a distribuição da população de 0 a 4 anos é de 13,8 milhões e de 5 a 9 anos é de 14,9 milhões um total de 28,7 milhões de crianças de 0 a 9 anos. Sendo que as crianças que frequentam a escola ou creche de 0 a 3 anos é de 2,5 milhões; de 4 anos 2,1 milhões; de 5 anos 2,5 milhões; de 6 anos 2,7 milhões; de 7 a 9 anos 8,9 milhões. Um total de 16,6 milhões de crianças que frequentam uma escola ou creche no país.

Segundo o IBGE (2010), considerando o cumprimento da Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, que atribui o direito do ensino fundamental para crianças de 8 para 9 anos com matrícula obrigatória aos 6 anos de idade cabendo aos municípios, estados e o Distrito Federal organizar as mudanças necessárias até 2010, este demonstra que ainda há uma extensa perspectiva de trazer as crianças para a ambiente escolar. Comparando o número de população e a frequência escolar das crianças de 0 a 9 anos, das 28,7 milhões, 12,1 milhões de crianças não estão frequentando uma escola ou uma creche, (Creche, Pré-escolar, Classe de alfabetização).

O IBGE (2010) aponta que no Brasil existe programas importantes como Bolsa Família ou Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) que contribui para tirar crianças e adolescentes do trabalho infantil, há também (BPC) Benefício de Prestação Continuada da

Assistência Social e o (LOAS) benefício garantindo pela Lei Orgânica da Assistência Social que são partes que contribui para economia assim como colabora com as famílias de baixa renda.

Segundo o Plano Nacional da primeira infância PNPI (2010, p. 26), “é preciso focar o olhar na pessoa das crianças em suas realidades concretas de vida: elas têm um rosto, um nome, uma história, vínculos afetivos e sociais, um destino a ser construído com liberdade e confiança”. Com a criação do ECA Estatuto da criança e do adolescente, CRAS Centros de Referência da Assistência Social, e CREAS Centros de Referência Especial da Assistência Social, as famílias puderam ter mais acessibilidades a direitos civis.

Segundo UNESCO (2018, p. 24), “Apesar da legislação educacional está avançada em matéria de direitos e garantias educacionais, várias formas de desigualdade ainda alcançam negros, índios, imigrantes e trabalhadores braçais”. Desta forma o Brasil é um dos países com maior desigualdade de renda mundo, na qual o preconceito se concretiza de forma brutal em negros e índios, e ainda repercute nas escolas entre as crianças que sofrem dolorosas situações constrangedoras. Mas a de se insistir na educação, uma vez que o país alcançou de forma significativa muitas melhorias. A escola tem um papel de forma vidas, pensamentos e ações dos indivíduos. O caminho ainda é longo, mas o primeiro passo ficou bem atrás. A de se ater aos direitos dos professores de obter capacitação e salários dignos, de se ter e buscar recursos para trabalhar, e de pleitear escolas com infraestrutura de qualidade.

Segundo censo do INEP de (2019) haviam em torno de 8.745.184 milhões de matrículas em creche e pré-escola, sendo que 3.587.292 milhões eram em creches e 5.157.892 em pré-escolas. Havendo um crescimento de 11% de 2014 para 2018. Entretanto mesmo com números aumentando o ensino fundamental anos finais teve um declive de 4,9% nos registros de matrículas comparado ao de 2014. A rede municipal é maior em proporção de atendimento as crianças, incluído área urbana e rural. O censo também mostra que as crianças de 0 a 12 anos corresponde 17,1% da população brasileira, tendo a estimativa de 35,5 milhões de crianças. Nas quais 49,8% são pardas 42,4% são brancas e 6,9% preta, índios ou amarelos. Destas se encontram alfabetizadas na idade de 5 anos: 23,5%; 6 anos 48%; 7 anos 77, 4%.

2.4 Rotina e organização do espaço e tempo na educação infantil

Barbosa (2006), quando se refere a rotina na Educação Infantil entende-se que esse processo tem a finalidade de melhorar o andamento das atividades que ali são destinadas para o atendimento das crianças. Dessa forma essa rotina facilita o fluxo das práticas pedagógicas e

da organização das programações que são inseridas desde da chegada da criança até sua saída.

Porque:

A rotina é uma categoria pedagógica que os responsáveis pela educação infantil estruturam para, a partir dela, desenvolver o trabalho cotidiano nas instituições de educação infantil. As denominações dadas à rotina são diversas: horário, emprego de tempo, sequência de ações, trabalho dos adultos e das crianças, plano diário rotina diária, jornada etc. A importância das rotinas na educação infantil provém da possibilidade de constituir uma visão própria como concretização paradigma de uma concepção de educação e cuidado. É possível que elas se sintetizem o projeto pedagógico das instituições e apresentem a proposta da ação educativa dos profissionais. A rotina é usada muitas vezes como cartão de visitas da instituição quando da apresentação desta aos pais ou a comunidade, ou como um dos pontos centrais da avaliação da promoção educacional. Na prática educativa de creches e pré-escolas, está sempre presente uma rotina de trabalho, que pode ter autorias diversas: em alguns casos são normas ditadas pelo próprio sistema de ensino, outras vezes, pelos técnicos ou burocratas dessas repartições, outras ainda pelos diretores, supervisores, professores e demais profissionais da instituição e em certas escolas também as próprias crianças são convidadas a participar da elaboração das normas (BARBOSA 2006, p. 35)

Para a autora a rotina tem pontos fundamentais que integram em primeiro momento a estruturação do desenvolver das atividades do cotidiano da educação infantil, que estão inseridas em denominações como: horário, tempo, empregabilidade, sequências de ações da jornada, plano diário que são respectivamente ligados também aos adultos. Segundo autora a rotina tem sua importância a partir do paradigma que a instituição escolar entende como educação e cuidado. A rotina também integra pontos distintos porque serve como cartão de visita para os pais e comunidade, além de aderir pontos para promoção e avaliação educacional.

Segundo Barbosa (2006) a rotina nas instituições de creche e pré-escola são de variedades diferentes porque incluem planos e um sistema de ensino na qual envolve diretores, técnicos, professores e profissionais da educação que ali prestam seus serviços como também em alguns casos as crianças têm a possibilidade de estar na elaboração das normas.

A rotina tem um papel fundamental na estruturação da organização do tempo que a criança vai passar no ambiente escolar porque ela atende a previsão do que irá acontecer, assim é fonte de segurança para os professores como também para as crianças. No RCNEI (1998) a rotina envolve cuidados, brincadeiras e aprendizagem orientada dentro de uma organização na qual estão espaço educacional e tempo de cada atividade que estão ligadas ao suprimento das necessidades das crianças. Afirma (Proença 2004):

A rotina estruturante é como uma âncora do dia-a-dia, capaz de estruturar o cotidiano por representar para a criança e para os professores uma fonte de segurança e de previsão do que vai acontecer. Ela norteia, organiza e orienta o grupo no espaço escolar, diminuindo a ansiedade a respeito do que é imprevisível ou desconhecido e otimizando o tempo disponível do grupo. É um exercício disciplinar a construção da rotina do grupo, que envolve prioridades, opções, adequações às necessidades e

dosagem das atividades. A associação da palavra âncora ao conceito de rotina pretende representar a base sobre a qual o professor se alicerça para poder prosseguir com o trabalho pedagógico (PROENÇA 2004, p.13).

Segundo o autor a rotina é uma Ancora para o dia a dia no ambiente escolar, porque se apresenta como fonte de segurança para os professores e alunos, na qual norteia, organiza e orienta o grupo no espaço escolar em meio ao que irá fazer em detrimento do tempo, sendo um modo de refrear a ansiedade do desconhecido. Também é um exercício de disciplina na construção diária em sala que pode ser adequada para aderir as atividades do grupo. Para o autor a palavra ancora é uma base para o professor organizar seu trabalho pedagógico.

Sendo a rotina uma âncora que o professor aderi para seu trabalho pedagógico é necessário refleti no como essa rotina é aplicada em algumas instituições escolares. Sendo fragmentada em um tempo determinante e rigoroso sem considerar as diferenças que as crianças apresentam em suas habilidades individuais de aprendizagem, locomoção e entendimento. Segundo Batista (1998):

Na creche há indícios de que as atividades são propostas para o grupo de crianças independente da diversidade de ritmos culturais das mesmas. Todas as crianças são levadas a desenvolver ao mesmo tempo e no mesmo espaço uma mesma atividade proposta pela professora. Trabalha-se com uma suposta homogeneidade e uniformidade dos comportamentos das crianças. Parece que há uma busca constante pela uniformização das ações das crianças em torno de um suposto padrão de comportamento. Se espera que a criança comporte-se como aluno: aluno obediente, aluno ordeiro, aluno disciplinado, entre outras (BATISTA, 1998, p.46)

Para Batista (1998) a rotina em si não é um problema, o que está em discussão é a forma que são aplicadas as atividades nos grupos sem considerar a singularidade das crianças em seu desenvolvimento ao terem que responder ao mesmo tempo e no mesmo espaço uma mesma atividade. Demonstrando que há um forçamento de uniformidade quanto aos comportamentos e ações dos sujeitos, sem considerar que a criança não tem um comportamento de adulto.

De acordo com Amorim (2005, p. 52) “É na rodinha da conversa que, entre outros assuntos, planejamos os nossos momentos; inicialmente é realizado por nós e apresentado ao grupo, mas gradativamente vai sendo feito junto com as crianças”. A rotina é um meio que se utiliza para facilitar a dinâmica do dia a dia, e esta não deve engessar os professores e as crianças como em uma organização burocrática que não promove e nem permite autonomia.

Afirma Mello; Vitória (2007, p.125): “O banho pode ser facilitado e enriquecido, oferecendo brinquedos, potes de diversos tamanhos, buchas variadas”. Esse é um momento muito importante para a criança, e nesse processo ela pode aprender a ter autonomia, criando confiança no professor e nela mesma. Para Guimarães (2007):

O banheiro se transforma em floresta, castelo encantado, piscina, quadra de esportes para competições na hora de se trocar, salão de cabeleireiro, lojas de roupas...mas é claro que nem sempre são usados esses recursos de faz de conta. Muitas vezes o banho fica mais gostoso só com músicas, com todo mundo falando baixinho para ouvir uma história enquanto se trocam, lendo gibis, ou nos chuveiros externos durante o verão, apelidados aqui de cachoeiras (GUIMARÃES 2007, p. 121).

Esse momento para o autor é um processo de construção de aprendizagem para a criança, porque aguça sua criatividade ao ir nos espelhos de faz de conta, vivenciado o mundo na qual ela pertence. A criança por si só imagina, cria coisas, fantasia, e isso é muito importante para ela. Por isso é muito relevante que o professor possa ter consciência do que empregar no educar e cuidar da criança para que esta possa ser assistida na sua singularidade. Cavasin (2008) ressalta que:

O professor na Educação Infantil precisa estar atento a isso, pois quem tem a concepção de que o educar e cuidar são indissociáveis, participa da elaboração de uma proposta pedagógica que efetivará o seu plano de trabalho e nele existir a preocupação com a organização que dará ao espaço/tempo, efetivará o seu planejamento, procurando sempre privilegiar o que é melhor para a criança (CAVASIN 2008, p. 56).

Conforme o autor o professor deve conciliar educar e cuidar e a partir desse pensamento, dar a criança o privilegio daquilo que lhe melhor atribui no processo de ensino e aprendizagem, porque nessa proposta pedagógica para o autor a criança será considerada individualmente em sua característica de pensar, agir e falar.

Dessa forma é possível construir um lugar de prazer para a criança e nessa rotina organizada pelo espaço e tempo, possibilitar a preferências da criança por aquilo que lhe chama atenção e nesse destino, direcioná-la no aprendizado. Santos (2001) afirma que o educador tem várias funções no ambiente educacional:

A primeira delas é a função de “observador”, na qual o professor procura intervir o mínimo possível, de maneira a garantir a segurança e o direito à livre manifestação de todos. A segunda função é a de “catalisador”, procurando, através da observação, descobrir necessidades, e os desejos implícitos na brincadeira para poder enriquecer o desenrolar de tal atividade. E, finalmente, de “participante ativo” nas brincadeiras, atuando como um mediador das relações que se estabelecem e das situações surgidas, em proveito do desenvolvimento saudável e prazeroso da criança (SANTOS 2001, p. 98-99).

Para o autor o professor exerce funções de muita delicadeza, porque ao observar a criança, ele permite espaço para sua manifestação de autonomia, isso é um ato de respeito do professor com aluno. Em segunda função ele catalisa a ação do sujeito, que dizer que ele observa as dificuldades e direciona qual melhor caminho a criança deverá seguir e em seguida

ele participa do processo de aprendizagem do aluno, sendo um momento único de representação de socialização.

De acordo Ortiz; Carvalho (2012, p. 62) “a maneira como organizamos os espaços e o tempo, por meio da rotina, determina maior ou menor integração nas dimensões de desenvolvimento humano do cuidar e educar”. Desta maneira a rotina de educação Infantil é muito mais do que aplicar atividades pedagógicas é ou ter um espaço com cenário ilustrativo, o que está em pauta é que a organização da rotina requer que, aprendizagem seja um fator impulsionador de possibilidades para a criança.

2.5 A organização do espaço

Para Oliveira (2013) quando se fala da organização do espaço, percebe uma integração quanto a um ambiente no todo, porque a dialética é organizar ação pedagógica no espaço determinado para que o tempo ali investido seja acolhedor para a criança. A organização do espaço faz parte de uma rotina bem estruturada, porque sem organização as atividades pedagógicas ficaram aleatórias sem uma direção do que fazer e como fazer. Assim Oliveira (2013) aborda:

A criança, desde cedo, reconhece o espaço físico ou atribui-lhe significações, avaliando intenções e valores que pensam ser-lhes próprios. Daí a importância de organizar os múltiplos espaços de modo que estimulem a exploração de interesses, rompendo com a mesmice e o imobilismo de certas propostas de trabalho de muitas instituições de educação infantil. O que importa verificar não são as qualidades ou aspectos do ambiente, mas como eles são refratados pelo prisma da experiência emocional da criança e atuam como recurso que ela emprega para agir, explorar, significar e desenvolver-se (OLIVEIRA, 2013, p. 197-198).

De acordo com Oliveira (2013), o espaço onde a criança vai aprender deve ser propício, estimulante e exploratório, porque neste ambiente ela vai atribuir significados de valores e intenções na sua forma de pensar. Partido dessa realidade entende-se que o espaço deve ser dinâmico, estratégico e não monótono, mesmo sendo um ambiente simples de poucos recursos considera-se que, o que se emprega é a experiência acolhedora que a criança vai explorar com professor, coleguinha e funcionários da instituição.

Para Kramer (2009), a organização do espaço envolve brincadeiras ao ar livre, em uma sala com brinquedos, sentada no colo do professor, na conversa com coleguinhas. Sendo o ambiente aconchegante que permita autonomia da ação da criança. Assim ela aprenderá a respeitar os valores culturais, o espaço do outro, o dizer não, o dizer sim, as regras, como também a reciprocidade. É muito importante que as instituições de ensino estejam atentas ao acolhimento das crianças durante o período de estadia no ambiente. Deve ser considerar que a

família procura um local seguro, acolhedor e que ofereça um espaço onde a criança se sinta à vontade. Por isso sempre deve haver um consenso do conselho escolar em prol de reorganizar espaços de acordo com as perspectivas e necessidades dos sujeitos.

De acordo com Horn (2017), o educador deve direcionar e organizar as atividades que são propostas no currículo dentro do ambiente escolar. Objetivo é orientar a criança no processo de ensino aprendizagem. A criança não ficará aleatória, desassistida, pelo contrário, o educador será flexível mediante autonomia da criança em direção as atividades dirigidas. Assim o educador poderá ver as dificuldades e habilidades da criança para trabalhar com o conteúdo necessário. A organização do espaço envolve percepção da necessidade da criança, planejamento do currículo, planejamento pedagógico, reflexão daqueles que estão envolvidos no ambiente de aprendizagem, coletividade na prestação do serviço, interação, motivação e equilíbrio.

Para Gobatto; Barbosa (2015, p.101-102) “à pedagogia se faz no espaço e o espaço se faz na pedagogia, por isso o espaço é um elemento pedagógico da primeira infância que pode limitar ou ampliar aprendizagens, pelos valores e mensagens que transmite”. No entanto entende-se que a organização do espaço repercute no tempo pedagógico que será empregado no processo de ensino e aprendizagem da criança, porque a sociedade vem passando por grandes transformações ao longo do tempo e tem feito com que o processo didático pedagógico seja repensando quanto as influências que o meio recebe.

Assim Lopes (2018) ressalta que quando a criança está participando de um espaço, ela está interagindo com a cores do local, está sentido os odores do ambiente, está interagindo com a falas, com a paisagem, isso significa socialização. O espaço é muito mais que um local geográfico, ele consente que o sujeito seja moldado pelas concepções de temporalidade e linguagem ali empregadas. Partindo dessa realidade a criança vai formando seus pensamentos, seus sentidos sobre as coisas, sobre o local, sobre as pessoas, apropriando de nomes, de situações que são importantes na formação socio histórica do sujeito.

A BNCC (2020, p.38) assegura que criança possa ser assistida e acolhida em seus respectivos direitos de aprendizagem pelo “Conviver, Brincar, Participar Explorar Expressar como sujeito dialógico, criativo e sensível, conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural”. Desta forma cada campo de experiência deve ser explorado no espaço de educação Infantil durante o tempo alinhando com cada atividade dirigida pelo educador.

2.6 A organização do tempo

Para Barbosa; Richter (2013), no contexto da contemporaneidade percebe-se que o espaço de educação Infantil passou por grandes transformações advindas do sistema econômico, social político e cultural. A criança passa grande parte do seu tempo nas creches e instituições que são responsáveis pelo cuidar e educar enquanto seus pais trabalham. Desta forma entende-se que há um grande desafio para os professores fazer com que esse tempo seja produtivo e eficaz na aprendizagem da criança. Sendo que é necessário enfrentar as grandes possibilidades que o mundo interno e externo pode implicar na vida social da criança contribuindo para seu processo de formação humana.

Segundo Rinaldi (2012), a projeção do tempo no ambiente de educação infantil é um momento ideal para que a criança crie em si autonomia para o enfrentamento das situações adversas que ela encontrará pelo percurso da vida. Neste sentido a criança vai aprendendo a lidar com emoções diante das experiências que ela passará com os professores, colegas e funcionários da instituição. Assim a criança vai construindo sentidos em torno de si, e do outros, ela se tornará singular e não ficará refretaria nas suas decisões.

Oliveira (2013) diz que, o tempo que o professor ficará com a criança permitirá que ele conheça suas necessidades singulares. Nesse percurso o professor não precisará ficar focado em atrair atenção da criança para si o tempo todo. Cada criança tem sua personalidade e sua forma de agir. Assim o professor direcionará aula, com seu planejamento e a criança entenderá o que se passa durante as atividades pedagógicas.

Para Lopes (2018), as noções de objetos, de espaço são construídos ao longo do tempo que criança aprende a diferenciar uma coisa da outra. O espaço escolar contribui para que o sujeito possa desenvolver as habilidades enquanto seu ritmo de aprendizagem, sendo que quanto mais investimento de qualidade tiver o tempo empregado, melhor será a aprendizagem da criança.

Zabala (2014) discorre que a organização do tempo tem a ver com forma de distribuição de atividades que serão definidas pela ação pedagógica no espaço de sala de aula pela socialização dos alunos, o uso de material didático, entre outros elementos que se integram dentro deste sistema. Assim as tarefas ou atividades didáticas são elementos que contemplam a unidade básica do processo de ensino aprendizagem, nas quais a distribuição do tempo está incluída como uma das intenções educacionais presentes na manutenção de desenvolvimento escolar do aluno.

A BNCC (2020), retrata das questões da organização do tempo e o que nele deve ser empregado para o desenvolvimento integral da criança. Assim o ato de conviver tem a ver com a forma que a criança participa dos grupos e se interage com adultos mediante a diversidade

cultural apreciada pelas diferenças entre si e o outro. Logo o brincar está intrinsicamente ligado ao tempo aplicado no espaço escolar devido as produções culturais que são inseridas na vida da criança, na qual ela terá lembranças ao curso do seu crescimento. A cada tempo empregado no ambiente de educação Infantil é destinado a visão de mundo que a criança constrói refletindo na fase adulta que é por meio do processo de ensino e aprendizagem que ela fez parte.

2.7 A rotina e espaço como processo de ensino e aprendizagem na educação infantil

Para Barbosa (2006, p.4) “o tema das rotinas vem sendo tratado indiretamente desde os textos fundadores da educação Infantil como os de Rousseau¹⁴, Pestalozzi,¹⁵ Froebel¹⁶ e Maria Montessori¹⁷” por que compreendem que a rotina é como um processo de ensino e aprendizagem na vida do sujeito incluindo a criança, devido estar ligados a hábitos da vida diária, socialização, conceito e bases de atividades entre outras questões de moralização no espaço em que vivem. Depois do século XVIII por meio das obras de artes e as ilustrações feitas nas várias rotinas da vida, levaram os cientistas a perceberem que essas características ilustravam momentos como a concentração de macro acontecimentos e que com o passar dos tempos a valorização de registro de momentos se estendeu aos micros acontecimentos nos costumes dos seres humanos, marcado pelas lembranças.

Conforme Id (2006, p.5) traz uma reflexão que a rotina pode ser interpretada como atividades rotineiras, triviais, abrangendo o espaço-tempo como pode ser os “lócus onde há possibilidades de encontrar o inesperado, onde há margem para inovação, onde pode alcançar o extraordinário do ordinário”. Nessa perspectiva busca-se compreender a importância do

¹⁴Entre os iluministas, destacava-se Jean-Jacques Rousseau filósofo, escritor, (1712-1778), que inaugurou uma nova era na história da educação. Ele se constitui no marco que divide a velha e a nova escola. Suas obras, com grande atualidade, são lidas até hoje. Sobre a desigualdade entre os homens, O contrato social e Emílio. Rousseau resgata primordialmente a relação entre a educação e a política. Rousseau é precursor da Escola Nova, que inicia no século XIX e revê grande êxito na primeira metade do século XX, sendo ainda hoje muito viva. Suas doutrinas tiveram muita influência sobre educadores da época como Pestalozzi, Herbart e Fröbel (SOËTARD 2010, p. 88).

¹⁵ Johann Heinrich Pestalozzi (1776-1827) Zurique Suíça. Foi um pensador e sobretudo um apaixonado homem de ação. Pai da Psicologia moderna inspirou diretamente a Fröbel e Herbart e seu nome está vinculado a todos os movimentos de reforma da educação do século XIX. (SOËTARD, 2010, p.11).

¹⁶ Friedrich Froebel (1782- 1852) nasceu Oberweissbach sudeste da Alemanha. Filósofo, educador, escritor. Criador dos jardins de infância, era de revoluções da Europa, francesa, industrial (HEILAND,2010, p.107).

¹⁷ Maria Montessori nasceu 1870 em Chiaravalle, próximo à Ancone, na Itália, e morreu em 1952 em Nordwijk, na Holanda em 1896, é a primeira mulher italiana a concluir medicina, com um estudo sobre neuropatologia, trabalhou durante dois anos como assistente na clínica psiquiátrica da Universidade de Roma, fica encarregada de estudar o comportamento de um grupo de jovens com retardos mentais, com o tempo junto as crianças, essas lhe permite constatar que suas necessidades e seu desejo de brincar permaneceram intactos, o que a leva a buscar meios para educá-los. 1900, trabalhou na Scuola Magistrale Ortofrenica, instituto encarregado da formação dos educadores das escolas para crianças deficientes e retardadas mentais. Montessori funda a então casa das crianças (Casa dei Bambini) onde estas podiam aprender a conhecer o mundo, e a desenvolver sua aptidão para organizar a própria existência (RÖHRS, 2010, p.13-14).

processo de ensino aprendizagem no ambiente de educação infantil.

Para Lopes (2018) é necessário ver as crianças com olhar mais sobre seus protagonismos, quer dizer a forma como elas veem as coisas, como vivem e como experimentam espaço ao seu modo. Assim as experiências do espaço são uma forma de ensino aprendizagem de tudo que a criança consegue perceber. Assim Lopes (2018) retrata:

Para isso é necessário afirmar outra forma de olhar as crianças e conhecer seus protagonismos no mundo pois as vivências com espaço são convites a diversas formas de experimentar e sentir o espaço geográfico. É preciso considerar algumas premissas importantes. Primeiro, que a espacialidade é uma dimensão humana de lidar com o mundo do qual fazemos parte, incluindo nossa corporalidade e as relações que estabelecemos com os outros seres, coisas, como lugares, com relações entre essas relações e com ideias que construímos para podemos pensar nessas totalidades. Sendo assim é preciso considerar que não só a dimensão espacial, está em jogo quando falamos do espaço, mas que a dimensão espacial está intimamente relacionada a muitas outras como a temporalidade e a linguagem. Como não a lugar no mundo em as coordenadas cartesianas tenham morada, há de se considerar que as coisas têm existência concreta, situada, contextualizada social, histórica, geográfica e culturalmente. Em segundo lugar, é preciso considerar que estamos falando de seres humanos que se relacionam com o mundo e consigo mesmos, significando o entre lugar que habitamos e que nos habita (Lopes, 2018, p. 5).

Segundo autor acima é necessário ter um olhar, mas apurado com relação ao aprendizado das crianças, porque o espaço é um lugar de dimensão humana onde inclui a corporalidade, relações dos seres humanos, coisas, objetos, linguagens, lugares que se constrói sobre o espaço. Assim a de se considerar que, as coisas em determinado lugar têm existência social, histórica, geográfica e cultural e que os seres humanos se relacionam consigo e com outros por meio dessa totalidade. O espaço de educação infantil é um lugar apropriado para que a ensino aprendizagem da criança, porque constrói várias possibilidades durante as atividades, brincadeiras, banho, alimentação, troca de roupas entre outras situações que configuram o lugar de educação infantil.

Albuquerque; Felipe; Corso, (2019) vai dizer que, o que precisa ser revisto é a forma da visão Adultocentrica,¹⁸ que se estabelece dentro ambiente escolar, tornando os sujeitos como meros reprodutores do cotidiano.

Sair da visão adultocêntrica que sabe previamente “o que é melhor para as crianças”, estabelecendo novas relações, não pautadas por visões essencialistas, mas na ideia de que se está permanentemente reconstruindo, através das práticas de vida cotidiana e das indagações que a ela fazemos, na relação adultos e crianças. É fundamental saber suportar o novo, o conflitivo, o caótico, inserir a arte, a literatura, a música, a dança,

¹⁸ Adultocentrica é o adulto olhando a criança com olhos e ouvidos de adulto, não alimentando de fantasia, alegria, afeto, à criança que existe dentro de cada ser humano (ALBUQUERQUE; FELIPE; CORSO; 2019, p. 75).

o esporte, o humor, a filosofia, a ciência, a fantasia, a imaginação, isto é, transformar rotina em vida cotidiana. Pensar sobre aquilo que se faz na escola, como se faz, por que motivos se faz “assim, e não assado”. Refletir sobre como são produzidas as nossas próprias práticas, deixando de reproduzir aquilo que todos fazem para nos tornarmos atores e especialmente autores de nossas vidas. Um modo de ser professor que ouça as crianças em tudo o que elas têm de inovador, criativo e, a partir daí, escrever novas rotinas, ou quem sabe jornadas produzidas no coletivo (ALBUQUERQUE; FELIPE; CORSO, 2019, p.33-34)

Segundo Albuquerque; Felipe; Corso, (2019) é necessário sair da visão adultocêntrica que se estabelece previamente no que é melhor para as crianças e se permitir estabelecer nas relações que não estão centrada na visão essencialista, mas reconstruir por meio das práticas da vida cotidiana reflexões quanto a relação adultos e criança. Desta forma é fundamental refletir sobre o novo, sobre as dificuldades e assim, intermediar a arte, literatura, música, dança esporte, entre outras atividades da prática pedagógica que são necessárias para o processo de ensino e aprendizagem da criança. E por meio dessa dialética refletir o porquê se “faz assim, e não assado”. Assim o professor de educação infantil precisa pensar sobre sua prática de educador entendendo que as crianças não são meras reprodutoras do saber e sim que elas precisam ser vistas em um todo, porque têm muito a oferecer pela criatividade e inovação. E partindo dessa realidade do que se faz na rotina, criar possibilidades nas atividades coletivas no dia a dia.

Para Pietrobon; Ujii (2011, p.49) a pedagogia de Reggio Emilia que veio do norte da Itália, logo se estabeleceu a várias partes do mundo porque inovou a forma de considerar a participação da criança no processo de ensino e aprendizagem. “A proposta centra -se na pedagogia de projetos, sendo que as temáticas surgem do interesse da criança” essa proposta nasceu por meio do jornalista e educador Loris Malaguzzi ¹⁹que considerou a criança como protagonista, fazendo-a centro do processo de ensino aprendizagem, tendo êxito a evolução das atividades mentais, físicas, sociais e afetivas das crianças pela qual se atribuía o sistema de projetos.

Segundo Id (2011) a pedagogia de Reggio Emilia trouxe uma visão mais abrangente para a educação no mundo com relação às crianças, porque perceberam que a criança tinha muito a oferecer por meio do seu protagonismo. Isso despertou no adulto a visão menos adultocêntrica que impede de ver a criança naquilo que ela realmente é. De acordo com Felipe (2009):

É importante destacar que só recentemente as crianças passaram a ganhar visibilidade como tema relevante de pesquisa. Tais estudos se voltam para a infância como uma

¹⁹ Loris Malaguzzi (1920-1994) nasceu a 20 quilômetros de Reggio Emilia na Itália, foi pedagogo e construiu uma escola, na qual as crianças eram protagonistas da sua história, na oficina de artes por meio da linguagem pictográfica criava-se seu conhecimento, movimento do próprio corpo e pensamento (RINALDI 2012).

etapa importante da vida, com suas peculiaridades e culturas. No entanto, parte significativa dessas pesquisas não tem levado em conta o que as crianças dizem a respeito das suas mais variadas experiências, como sentem, o que pensam, uma vez que se limitam a escrever sobre elas numa visão adultocêntrica, excluindo-as assim do protagonismo que mereceriam ter (FELIPE 2009, p. 7).

Felipe (2009) ressalta que só recentemente as crianças tiveram um olhar mais agudo quanto ao tema central de pesquisa. As pesquisas se voltam para etapa da vida, peculiaridade e cultura. Entretanto tais estudos não têm levando em conta as experiências da criança e o que elas têm a revelar sobre isso, como pensam e sentem, centrando tal pesquisa na visão adultocêntrica, retirando a figura central da obra que é a criança.

Oliveira (2012) diz que nas interações do dia a dia entre as crianças no ambiente de educação infantil em nosso país tem sido levado a fazer tradicionalmente pelo coletivo as mesmas atividades dirigidas, com direcionamentos e instruções dos adultos. Afirma o autor:

No que diz respeito as interações entre crianças, os ambientes de educação infantil em nosso país têm sido tradicionalmente determinados pela predominância das formas coletivas de participação nas atividades, com instruções e acompanhamento centralizados nos adultos, que podem assim ser traduzidos numa espécie de máxima, todo mundo faz mesma coisa, ao mesmo tempo, do mesmo jeito (OLIVEIRA 2012, p.79).

Para Oliveira (2012), no Brasil tem incorporado práticas pedagógicas no ambiente de educação infantil voltada na centralidade do adulto, nas quais as crianças são levadas a repetirem as mesmas práticas, da mesma forma, do mesmo jeito. Desconsiderando o sujeito autônomo que a criança é.

Assim Tomaz (2012) relata que a maioria dos espaços das instituições infantis não deixam acessíveis os brinquedos para as crianças porque ocorrem dentro de um planejamento do professor. Afirma o autor:

Na maioria dos espaços das instituições, os brinquedos ou jogos são dispostos de forma inacessível às crianças, que não podem escolher, pois são oferecidos conforme o planejamento do professor. Neste momento, todas as crianças precisam brincar com o que é disponibilizado nas mesas ou no chão. Acontecem normalmente disputas pelos brinquedos ou jogos propostos, agitando as crianças, porque os jogos e brinquedos são em quantidade insuficiente para as crianças explorarem todas ao mesmo tempo. O espaço assim organizado acaba gerando conflitos entre elas. Busquei tornar a sala um lugar de brincar não tão dirigido para jogos em mesas ou em tapetes no chão, e sim um lugar para viver esse brincar através de interações com diferentes materiais, onde a criança pode agir com autonomia, experimentar, ter momentos para escolher e reorganizar suas brincadeiras nesse espaço (TOMAZ 2012, p.102).

Conforme autora acima devido as crianças terem acesso limitado aos brinquedos, a rotina ficava agitada, porque os brinquedos são insuficientes não permitindo a exploração do espaço. Assim a autora durante sua atividade em sala de aula permitiu que os alunos pudessem

brincar de forma não tão dirigida naquele momento, podendo experimentar o brincar por meio dos brinquedos e as diferentes atividades de interações, fazendo com que o espaço fosse acolhedor.

Para Horn (2017), ao planejar as vivências nos espaços de educação infantil é necessário pensar quais atividades serão necessárias para cada faixa etária, e ainda quais adequações serão necessárias e quais objetos e atividades serão adequadas para o ensino aprendizagem. Assim afirma Id (2017):

Ao planejar vivências nos espaços das instituições de educação infantil, devemos prever quais atividades são fundamentais para faixa etária a que destinam, pensando na adequação da colocação dos moveis e objetos que contribuirão para o pleno desenvolvimento das crianças. Por exemplo, não serão colocados livros aleatórios na estante: a seleção dos jogos obedecerá a critérios relativos a faixa etária e as diferentes linguagens, os materiais grafo plásticos serão variados, atraentes e compatíveis com a idade da criança. Os espaços deverão possibilitar, portanto a exploração por meio de todos sentidos, descobertas de características e relações dos objetos ou materiais mediante as experiências direta, manipulação, transformação e combinação de matérias variados, a utilização do corpo com propriedade, a interação com outras crianças, enfim a oportunidade de construir a própria autônoma na resolução de suas necessidades (HORN, 2017, p.30).

Para Horn (2017) a rotina é como espaço de aprendizagem quando envolve atividades de acordo com faixa etária, adequação dos moveis, brinquedos e objetos que contribuirão para o desenvolvimento. Os livros não deverão ser aleatórios, os jogos obedeceram a critérios relativos faixa etária e as diferente linguagens, os materiais serão variados e compatíveis, os espaços deverão possibilitar exploração, descobertas, manipulação e mais a utilização do corpo, além da interação com outras crianças.

Desta forma Id (2017, p.47) afirma “é importante reafirmar que a aprendizagem, a partir dessa perspectiva é uma ação eminentemente social, em que há um entrelaçamento entre as ações das pessoas, materiais disponibilizados, das intervenções dos parceiros mais experientes e da própria organização do espaço”. Aprendizagem é uma forma pela qual utiliza-se para levar a criança a um determinado conhecimento. Assim o espaço configura as formas que se organiza os objetos, materiais, brinquedos, como também as experiências de vida por meio das interações.

Segundo Vale (2012, p.117) é normal pensar que os espaços de educação infantil seja algo somente para “atividades diárias, tais como chegada, rodinha, alimentação, higiene, sono, atividades pedagógicas, parque etc.”, com o objetivo de organizar sequencialmente e de forma rígida. Entretanto a de se pensar que a qualidade do processo de aprendizagem está intrinsicamente ligada a forma pela qual esta rotina está sendo empregada nesse espaço. Assim afirma Id (2012):

Em uma rotina de qualidade, deve haver espaços para atividades previsíveis, como o momento da acolhida, da entrada, da roda de conversa, do lanche, do parque e da saída, e deve haver também espaço para momentos espontâneos, como brincar, correr, conversar, etc. Para se estabelecer uma rotina que respeite as necessidades da criança, faz-se necessário perceber a criança como um sujeito ativo, permitindo um espaço para diálogo e reflexão. Na perspectiva de uma Educação Infantil de qualidade, ao vivenciar as atividades cotidianas propostas, a criança elabora conhecimentos, desenvolve habilidades bem como a sua autonomia, aprende também a questionar e a expor suas ideias. A organização do tempo-espaço na Educação Infantil é muito importante, pois, por meio dela, o professor pode perceber as diversas relações sociais, as necessidades individuais e coletivas e preferências das crianças. O espaço físico na Educação Infantil deve promover o desenvolvimento de múltiplas habilidades e, ao mesmo tempo, ser desafiador para a criança; quanto mais pensado for o espaço, mais desafiador ele será (Vale 2012, p.117)

Para Vale (2012) o espaço de educação infantil evolve uma rotina organizada, que incluía adaptações necessárias quanto a realidade da criança vendo-a como sujeito autônomo. Tanto na entrada do ambiente escolar, quanto na sua estadia de aprendizagem, quanto a sua volta para casa. Sempre deve haver um diálogo de reflexão do professor com aluno, entendo que a educação infantil deve propor para criança meios para que ela desenvolve habilidade e conhecimentos pela construção de sua própria ideia e crítica. Assim o espaço de educação infantil constitui o meio de importância pois viabiliza ao professor conhecer a realidade dos alunos fazendo intervenções quando necessário para melhorar ensino e aprendizagem, a construção das relações sociais, entre outras atividades do cotidiano.

A BNCC (2020, p. 16) retrata que “a Educação Básica deve visar à formação e desenvolvimento humano global considerando-os como sujeitos de aprendizagem e promover uma educação voltada ao seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno”. Essa dialética deve estar voltada a toda educação no Brasil quanto ao processo de ensino e aprendizagem direcionada a singularidade da criança, a sua diversidade cultura, na qual dentro do ambiente escolar o espaço deve oferecer manutenção do cuidar e educar com democracia, inclusão, a não discriminação quanto ao sujeito e sua escolha, abrangendo as várias diversidades existentes no país, além da inclusão social.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

Quanto a metodologia do trabalho, abordagem dar-se-á pela pesquisa qualitativa e quantitativa:

A pesquisa qualitativa evidencia-se por fenômenos verbais e visuais quanto a naturalidade do processo estudando, não necessitado de números, e análise de dados estáticos. Desta forma entende-se que muitos são os fatores que englobam a abordagem qualitativa em prol de alcançar os resultados almejados. Segundo Gil (2002):

A análise qualitativa depende de muitos fatores, tais como a natureza dos dados coletados, a extensão da amostra, os instrumentos de pesquisa e os pressupostos teóricos que nortearam a investigação. Pode-se, no entanto, definir esse processo como uma sequência de atividades, que envolve a redução dos dados, a categorização desses dados, sua interpretação e a redação do relatório. (GIL 2002, p. 133).

Para Gil (2002) análise qualitativa envolve causas que são coletadas por meio de investigações que condizem com a extensão das amostras coletadas e tudo que lhe dirige por meio das hipóteses teóricas pesquisadas. Assim esse processo compreende uma série de atribuições que envolvem mensuração de dados, categorização e a interpretação do relatório obtido.

Souza *et al* (2013, p. 14) “a pesquisa qualitativa usa a subjetividade que não pode ser traduzida em números. É mais descritiva. Exemplo: - avaliação de um programa de gestão ambiental para a escola pública”. Entendendo que a investigação visa avaliar a situação que está envolvendo abordagem do problema apontando os resultados que podem ser ou não construtivo.

Já na abordagem quantitativa os dados apresentados são retirados de censos, tabelas e gráficos em determinados períodos na qual este estudo está respectivamente ligado as instituições governamentais segundo sua especificidade.

Quando o levantamento recolhe informações de todos os integrantes do universo pesquisado, tem-se um censo. Pelas dificuldades materiais que envolvem sua realização, os censos só podem ser desenvolvidos pelos governos ou por instituições de amplos recursos. São extremamente úteis, pois proporcionam informação gerais acerca das populações, que são indispensáveis em boa parte das investigações sociais (GIL 2002, p. 51).

Para Gil (2002), o levantamento feito por um censo tem grande importância para a população em geral quanto para ao desenvolvimento social e econômico do país porque agrega investigação que fazem total diferença quanto a políticas públicas e recursos civis aos sujeitos. Além dessa perspectiva, o censo só pode ser realizado por instituições ligadas ao governo federal.

A pesquisa de ordem quantitativa tem como base os dados números, que reportam um determinado contexto, situação ou objeto em forma de algarismos específicos, nesta o pesquisador buscar compreender as hipóteses por meio das variáveis definidas pelas formas de medir e quantificar.

A pesquisa quantitativa é aquela que se caracteriza pelo emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta como no tratamento dos dados, e que tem como finalidade medir relações entre as variáveis. No estudo quantitativo, por sua vez, o pesquisador parte de um plano preestabelecido com hipóteses e variáveis claramente definidas.

Procura medir e quantificar os resultados da investigação, elaborando-os em dados estatísticos (ZANELLA, 2013, p. 35).

Para Zanella (2013), a pesquisa quantitativa envolve características específicas quanto aos instrumentos da coleta de dados ao seu tratamento, devido a finalidade pela qual o pesquisador vai atribuir o plano estabelecido pela hipótese. Desta forma faz-se a mediação, quantificação e depois apresenta-se dos dados estáticos. Os recursos equivalem a relatórios, manuais, publicações demográficas, industriais, populacionais, educacionais, saúde, educação, trabalho, lazer, moradia e tanto outros que se busca conforme determinada necessidade do pesquisador.

No que se refere a natureza do trabalho a pesquisa foi básica, pois Segundo Gil, (2002) se refere a gerar conhecimento a partir de um outro conhecimento já analisado é relatado por alguém. Partido desse pressuposto entende-se que a pesquisa básica desenvolve informações por meio de concepções que não necessariamente deverá ser aplicada com intenção de desenvolvimento para algum benefício imediato da sociedade.

Para Kauark (2010, p. 27) “a Pesquisa básica objetiva gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista. Envolve verdades e interesses universais”. Desta maneira compreende-se que este estudo busca ressaltar os fatos e os fenômenos que podem ser observados pelas propriedades, estruturas e relações que evidenciam suposições teóricas.

A classificação do trabalho quanto aos objetivos é exploratória, porque visa objetivar com familiaridade o problema levantando por meios bibliográficos, hipóteses apresentadas e coletas de experiências do tema em estudo. Silveira e o Córdova (2009, p. 35) cita Gil (2007) “Este tipo de pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses”. Desta forma a pesquisa exploratória tem como finalidade ambientar-se com o problema, e partido desse pressuposto construir hipóteses por meio dos dados coletados pelas experiências e práticas observadas.

Assim a pesquisa exploratória oferece maior informação quanto ao fenômeno estudado porque permite que o pesquisador se aproxime das informações coletadas vinculando-se ao processo apresentado por meios dos escritos de conhecimentos já retratados, podendo criar novas hipóteses e conclusões. Nesta perspectiva Leão (2019) informa que:

A pesquisa exploratória visa proporcionar maiores informações sobre um assunto investigado, familiarizar-se com o fenômeno ou conseguir nova compreensão desse, a fim de poder formular um problema mais preciso de pesquisa ou criar novas hipóteses. Pode ser também o passo inicial em um processo de pesquisa. Os estudos exploratórios conduzem apenas a hipóteses, não verificam, nem demonstram (LEÃO, 2019, p.168).

O autor acima confirma que a pesquisa exploratória visa a proximidade do pesquisador e do objeto pesquisado, e para isso é necessário que o pesquisador tenha acesso as informações por meio das experiências e práticas do conhecimento aplicado e através desse momento tirar novas conclusões e hipóteses, não necessitando de averiguação ou aplicação do estudo.

Com relação ao tipo do procedimento a ser aplicado será o da pesquisa bibliográfica que segundo Fonseca (2002) é realizado por meio do levantamento de estudos já apontados por teóricos que publicaram seus escritos, em livros, artigos científicos, meios eletrônicos, pdf, cds e páginas na web. Desse modo qualquer investigação para um estudo de pesquisa científica deve iniciar por um levantamento bibliográfico, onde existem fontes já referenciadas por autores que conduziram e explanaram o assunto. De acordo com Fonseca (2002):

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 31).

Conforme o autor acima a pesquisa bibliografia visa a busca pelo tema abordado por meio de escritos já publicados onde seus autores disponibilizam em vários meios de comunicação. Partido dessa ideia toda e qualquer pesquisa de trabalho científico deve buscar de início um levantamento bibliográfico para conduzir as ideias já explanadas sobre o tema, e partido desse estudo buscar outras conclusões em prol de atender as respostas para supostos problemas. Assim a pesquisa bibliografia é uma das fases mais importantes do trabalho acadêmico porque visa esclarecer o assunto por meio das leituras e anotações feitas pelas ideias obtidas, na qual são a base da ideia central em que tudo aquilo que se desvincula do propósito será descartado.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo Oliveira (2007), Kuhlmann (2015), a pesquisa bibliográfica apresentada neste estudo aponta que nos primeiros anos de colonização no Brasil, as crianças órfãs, abandonados, pobres, índios e negros eram vítimas de exploração sexual, e maus tratos por senhores de terras. A mesma também aborda que no início do século XVIII já existia a roda de expostos, uma instituição criada no início das formações de cidades para acolher pessoas em situação de

vulnerabilidade.

Quatro pontos fundamentais aconteceram no final do século XVIII e início do século XIX, abolição dos escravos pela lei áurea, a migração de pessoas para os centros urbanos, a chegada da ciência, tecnologia, cultura e proclamação da república de 15 de novembro de 1889. Juntamente com esses quatro pontos, são desencadeados problemas severos, crianças em situação de abandono nas ruas, mortalidade infantil acentuada e criminalidade em alta. Neste contexto vai surgir os primeiros asilos e em contrapartida os primeiros jardins de infância, havendo uma separação legítima sobre o cuidado básico das crianças.

O estudo evidencia que com a criação do Instituto de Proteção e Assistência a Infância em 1899 e o Departamento da Criança em 1919, proporcionou um crescimento exponencial de ações voltados para as necessidades da criança incluindo assuntos científicos pedagógicos. Desta forma o século XX chega e desmitifica à família tradicional com surgimento dos grandes centros urbanos e industrialização. O problema neste contexto é que as crianças de famílias de classe trabalhadoras vão ser destinada juntamente com seus pais para fábricas em condições precárias, sendo um patamar crucial para o então surgimento de lutas e protestos de pais, mães solteiras, trabalhadores, e principalmente de educadores, em prol de condições de trabalho digno, regulamentações de atendimento para as crianças com intuito de educação. O movimento escolanovismo de educadores de 1929 que foi o ponto crucial para que houvesse políticas públicas de intervenção aos cuidados básicos e também pedagógicos para as crianças. Os teóricos abordados nessa fundamentação são Kuhlmann Junior Oliveira (2015); Zilma Maria Ramos (2007).

Pós contexto histórico, o estudo é tratado sobre as principais legislações que trouxeram uma base revolucionária para a Educação Infantil no Brasil, a Constituição Federal de 1988, com escola laica, gratuita e de qualidade. A LDB de 1961, em seguida a de 1996, implicando separação de cuidados para a criança de até 7 anos e a então inclusão definitiva das ciências pedagógicas, com destinação de maturação biológica para primeira etapa da educação básica, com currículo, registro de avaliação sistemática de aprendizado sem promoção, carga horária e controle de frequência.

Em 1998 apresenta-se então o RCNEI que introduz na questão acadêmica nas creches e pré-escolas do Brasil fundamentações e concepções quanto a eixos que trabalhem diretamente com Formação Pessoal, Social, Conhecimento de Mundo, construção da Identidade e Autonomia por meio de diferentes linguagens que estabeleçam com os objetos de conhecimento: Movimento, Música, Artes Visuais, Linguagem Oral e Escrita, Natureza e Sociedade e Matemática.

Em sequência é constituída a BNCC de (2017), com alterações pontuadas em 2020 que direciona a educação básica no Brasil integrando na educação Infantil os direitos de aprendizagem tais como conviver, brincar, participar, explorar, expressar, conhecer-se por meios dos campos de experiências o eu, o outro e o nós, corpo, gestos e movimentos; traços, sons, cores e formas; Escuta, fala, pensamento e imaginação; Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações, com características do desenvolvimento das crianças de acordo com atendimento em: creche - bebês (zero a 1 ano e 6 meses) crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Pré-escola crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses). Referencial teórico analisado, Constituição Federal de 1988, LDB de 1996, RCNEI de 1998 e BNCC 2020.

Após são apresentados tabelas e gráficos de 1890 e 1950, 1980, 2005 e 2010 com pontuações importantes do INEP de 2019, que retratam questão sobre a população, instrução em detrimento da idade, e frequência escolar. Considerando que o Brasil avançou de forma significativa por meio das políticas públicas, entretanto ainda há um grande número de crianças desassistidas. Desde do primeiro censo feito no Brasil império de 1872, nota-se que a criança vem recebendo uma percepção, mas distinta no sistema governamental e privado que de certa forma começa atribuir a importância da mesma em suas pesquisas.

Posterior é retratado a rotina e organização do espaço e tempo na educação infantil com finalidade de reflexão pós trajetória de contexto histórico e legislações que fundamentaram o processo ensino aprendizagem nos ambientes de educação infantil. Com isso Barbosa (2006) afirma que a rotina tem um papel fundamental nas questões que envolve ambiente escolar quanto ao horário, emprego de tempo destinado as atividades diárias, sequência de ações, trabalho dos adultos e das crianças, plano diário, rotina diária e sua jornada.

Proença (2004) relata que a rotina estruturante é como uma ancora para o dia a dia e tem como finalidade trazer segurança, e previsão do que poderá acontecer, proporcionado para o professor e a criança um norte na organização das questões que envolve atividades diárias, prioridades, adequações as necessidades, disciplina, sendo um alicerce para o trabalho pedagógico.

Entretanto Batista (1998) vai se opor dizendo que há indícios que essa rotina está sendo fragmentada ao determinar que as atividades para o grupo de crianças não correspondem a sua diversidade e ritmos culturais, e que as crianças são levadas ao mesmo tempo e no mesmo espaço a desenvolver no mesmo ritmo uma uniformidade, quanto aos seus comportamentos. Existindo nesse contexto uma certa homogeneidade que se espera que a criança alcance.

Nessa direção alguns autores vão dizer que a rotina deve proporcionar prazer para a criança e permitir rolinha de conversas com coleguinhas, banho com brinquedos, diversão e no

espaço e nas atividades diárias, autonomia da criança. Nesta condição o professor não deve ficar engessado, mas buscar privilegiar o lugar da criança no espaço de educação infantil por meio da observação, conhecendo as necessidades dos alunos, além de mediar, e participar ativamente do conhecimento empregado. Desta forma a pesquisa enfatiza que a maneira como se organiza os espaços determina maior ou menor desenvolvimento humano. Confirmado por Amorim (2005); Mello; Vitória (2007); Guimarães (2007); Cavasin (2008); Santos (2001); Ortiz; Carvalho (2012).

Com relação a organização do espaço percebe-se que a criança precisa de um local na qual possibilite liberdade para expressar, aprender, desenvolver e que são fundamentais acolher, estimular, explorar, dinamizar e respeitar sua singularidade, aqui o educador orienta quanto as dificuldades e amplia as habilidades. Autores que defendem essa teoria, são oliveira (2013); Kramer (2009); Horn (2017); Gobbato; Barbosa (2015); Lopes (2018) e Brasil, (2020).

Quanto a Organização do tempo percebe-se que a criança permanece em um mesmo lugar por um período longo. Sendo necessário perceber sua necessidade e permitir que as atividades pedagógicas, as brincadeiras e as demais atribuições do tempo possam atender as necessidades do sujeito. Assim como seu desenvolvimento integral. Aqui a uma fundamentação teórica que permite uma reflexão profunda quanto a formação humana, o confronto com as dificuldades da vida, habilidades e visão de mundo. Autores que afirma essa teoria são Barbosa; Richter (2013); Rinaldi (2012); Oliveira (2013); Para Lopes (2018); Zabala (2014); A BNCC (2020).

No que se refere a rotina e o espaço como processo de ensino e aprendizagem na educação infantil o estudo demonstra que os ambientes educacionais deveriam ser fundamentados para que a criança conheça seu protagonismo por meio das experiências, socialização, cultura, objetos, cenários, seres, lugares, temporalidade, linguagens, história, geografia etc. E que para alcançar com propriedade o aprendizado do aluno é necessário que essa direção do processo didático pedagógico sai da visão autocêntrica para visão da criança. Uma reflexão ativa quanto aquilo que se faz e insere por (nós) adultos nos espaços de educação infantil na qual precisam ser revistos com delicadeza. Sabendo que as crianças não devem ser reprodutoras de conhecimento e sim protagonista de suas próprias histórias. A pedagogia de Reggio Emília é muito discutida por educadores estudiosos de todo mundo, demonstrando que aprendizagem nos espaços e tempos de educação infantil pode ser transformadora na medida que se constrói o conhecimento em unidade com as crianças. E que no Brasil o cenário em alguns ambientes de educação infantil ainda está alicerçado no tradicional, a criança é destinada pela visão adulta, como todos fazem as mesmas coisas, ao mesmo tempo e do mesmo jeito.

Refretando a singularidade da criança. Demonstrando ainda uma inadequação quanto o atendimento no cuidar e educar. O ambiente ajustando permite adequação de moveis, objetos, brinquedos suficientes, materiais pedagógicos variados, atraentes de acordo com cada faixa etária. Autores deste discurso são Barbosa (2006); Lopes (2018); Albuquerque; Felipe; Corso, (2019); Pietrobon; Ujii (2011); Oliveira (2012); tomaz (2012); Horn (2017); Vale (2012); BNCC (2020).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar na educação Infantil sem rever sua trajetória de acontecimentos que são base do processo de ensino e aprendizagem na atualidade, é não permitir que a veracidade do movimento de ontem seja reflexo do presente. Nessa perspectiva nota-se que as crianças de gerações passadas foram massacradas em sua identidade. E que por muito tempo a escravidão, exploração e tantas outras artimanhas foram vivenciadas por pessoas não tão longe, como avós, e até mesmo pais do contexto familiar do século XXI, que viveram algum tempo desse fragmento do início do século XX.

A constituição Federal de 1988, a LDB, BNCC foram conseguidas a base de muitas lutas de pais, trabalhadores e principalmente de educadores, que questionaram a classe de poderes superiores que queriam impedir que a população menos privilegiada pudesse ter o mínimo de qualidade de vida incluindo educação para seus filhos.

O ponto chave da questão é que partindo dessa ideologia de escola laica gratuita, e com educação de qualidade, com separação de ambiente escolar, a criança é assistida agora de forma ativa, sequencial. Há uma configuração de estabilidade. Isso é uma linha tênue que leva a considerar uma passividade quanto ao processo de ensino e aprendizagem da criança, passando despercebido sua insatisfação em alguns ambientes de educação infantil no Brasil, porque a rotina, organização, o espaço e tempo não estão atendendo de fato o cuidar e educar.

Percebe-se também por meio dos dados estatísticos do IBGE, IPEA, INEP, PNPI que o Brasil conquistou muito por meio de políticas públicas, porém observa-se um grau significativo de crianças desassistidas pela educação, saúde e lazer, devido algumas estarem em condições de desprestígio.

Nota-se também que as direções pedagógicas didáticas geralmente são controladas pela visão do adulto que maneja e direciona mediante sua visão de mundo, esquecendo que não é ele que vai receber o conhecimento.

Contudo espera-se que educadores pais e aqueles que promovem o estudo do universo

educativo possam manifestar suas intenções quanto a dinâmica de uma realidade que pode ser melhorada. A rotina é um modo pela qual a instituição escolar de educação infantil cresce e mantém organizada suas atividades diárias, o espaço e tempo sintonizam o ambiente para adequação dessas atribuições que são distintas.

Entretanto o que está em discussão de pauta é como essa rotina, organização do espaço e tempo está fragmentando o sujeito criança em sua formação humana, identitária, emocional, física, psicológica no contexto educacional presente.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Simone Santos de; FELIPE Jane; CORSO Luciana Velinho Corso. **Para pensar à docência na educação infantil**. (organizadoras.). – Porto Alegre: Editora Evangraf, 2019.

AMORIM, Elizabeth. **Organização do Tempo e do Espaço**. In: O Cotidiano no Centro de Educação Infantil. Brasília: UNESCO, Banco Mundial, Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, 2005.

BARBOSA, Maria Carmem Silveira. **Por Amor e Por Força: Rotinas na Educação Infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

_____. Maria Carmen Silveira; RICHTER, Sandra Regina Simonis. Entre Mia Couto e Michel Vandenbroeck: **outra educação da infância por inventa**. In: Reunião Nacional da ANPED, 36., 2013, Goiânia. Anais... Goiânia: ANPED, 2013.

BATISTA Rosa. **A rotina no dia-a-dia da creche: entre o proposto e o vivido**. Florianópolis, SC. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Santa Catarina, 1998.

BNCC. **Base Nacional Comum Curricular**. BNCC. 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf> em 17 de agosto de 2021

_____. **Base Nacional Comum Curricular**. BNCC. 2020. Disponível em: <file:///D:/Downloads/BNCC%20pdf.pdf>> Acesso em 19 de agosto de 21.

_____. **LB.G.E.-Conselho Nacional De Estatística Serviço Nacional De Recenseamento**. Censo Demográfico Brasileiro de 1956. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/67/cd_1950_v1_br.pdf. Acesso em 01 de julho de 22.

_____. IBGE. **Censo Demográfico Dados Gerais Migração- Instrução Fecundidade-Mortalidade 1983**. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv13083.pdf>> cesso em 01 de julho de 22.

_____. **IBGE. Síntese de de indicadores sociais.** Uma Análise condições de vida. 2005. Disponível < <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv29353.pdf>> Acesso em 01 de julho de 22.

_____. **IBGE Censo demográfico características população e domicílio 2010.** Disponível < https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd_2010_caracteristicas_populacao_domicilios.pdf> Acesso em 2 de julho de 22.

_____. **INEP. Estatuto Nacional de Estudo e Pesquisa Anísio Teixeira.** Censo escolar. Novas estáticas 2019. Disponível em < https://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2018/notas_estatisticas_censo_escolar_2018.pdf> Acesso em 03 de julho de 22.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> > Acesso em 11 de agosto de 2021.

_____. **PNPI. Plano Nacional de na Primeira Infância 2010.** Disponível em < https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Crianca_adolescente_IX/plano%20nacional%20da%20primeira%20infancia%202010.pdf> Acesso em 02 de julho de 22.

_____. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1991. Disponível em: < <http://www.fc.unesp.br/~lizanata/LDB%204024-61.pdf>> Acesso em 15 de agosto de

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. – 4. ed. – Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2020.

_____. **Lei Nº 5.692, De 11 De Agosto De 1971.** Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras Providências. O Presidente Da República, Faço Saber Que O Congresso Nacional Decreta e eu sanciono a seguinte Lei, agosto de 1971.

_____. **Lei Nº 200 de 25 de fevereiro De 1967.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Disponível em < https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170613_estatuto_ipea_2016.pdf> Acesso 05 de julho de 22.

_____. **Lei Nº 8.742 de 07 de dezembro De 1993. Loas.** A Lei Orgânica da Assistência Social. Disponível em < <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=8742&ano=1993&ato=1d9UTVq5ENFpWT0e3>> Acesso em 03 de julho de 22.

_____. **Lei Nº 8.069 de 13 de julho De 1990.** Estatuto da criança e do adolescente e da outras providencias. Disponível em < <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=8069&ano=1990&ato=461cXRq1keFpWT13a>> Acesso em 03 de julho de 22.

_____. **Lei Nº 12.435 de 06 de julho De 2011.** Centro de Referência de Assistência Social (Cras) e no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), respectivamente, e pelas entidades sem fins lucrativos de assistência social de que trata o art.

3º desta Lei. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12435.htm> Acesso em 3 de julho de 22.

_____. **Lei Nº 11.274 De 06 De Fevereiro De 2006.** Altera A Redação Dos Arts. 29, 30, 32 E 87 Da Lei Nº 9.394, De 20 De Dezembro De 1996, Que Estabelece As Diretrizes E Bases De Educação Nacional, Dispondo Sobre A Duração De 9 (Nove) Anos Para O Ensino Fundamental, Com Matrícula Obrigatória A Partir Dos 6 (Seis) Anos De Idade. Disponível em < <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=11274&ano=2006&ato=ab5ATWE5kMRpWTaa5>> acesso em 10 de julho de 22.

_____. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil** / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998.
Relação com o Referencial Curricular Nacional Para Educação Infantil – RCNEI. Joaçaba, SC. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Oeste de Santa Catarina, 2008.

_____. Ministério da Educação. **Conheça a história da educação brasileira.** 2005-2007. Disponível em < <http://portal.mec.gov.br/pet/33771-institucional/83591-conheca-a-evolucao-da-educacao-brasileira>> Aceso em 09 de julho de 22.

CAVASIN, Rosane França. **A Organização das Rotinas com Crianças de 0 a 3 Anos e sua Relação com o Referencial Curricular Nacional Para Educação Infantil – RCNEI.** Joaçaba, SC. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Oeste de Santa Catarina, 2008.

Direito à educação e direitos na educação em perspectiva interdisciplinar / organizado por Nina Beatriz Stocco Ranieri e Angela Limongi Alvarenga Alves. – São Paulo: Cátedra **UNESCO de Direto à Educação**/Universidade de São Paulo (USP), 2018.

FELIPE, Jane. **Estudos Culturais, Gênero e Infância:** limites e possibilidades de uma Metodologia em Construção. Canoas: Revista Textura, 2009.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002. Apostila. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=oB5x2SChpSEC&oi=fnd&pg=PA6&dq=FONSECA,+J.+J.+S.+Metodologia+a+pesquisa+cient%3%ADfca.+Fortaleza:+UEC,+2002.+Apostila&ots=ORUWZyejl2&sig=Jfv8uBrDcaT_ARRUwio8jRdHY1I#v=onepage&q&f=false> acesso em julho 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**/Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GUIMARÃES, Laudicéia. **Banho:** Que delícia. In: ROSSETI-FERREIRA, Maria Clotilde; MELLO, Ana Maria; VITÓRIA, Telma; GOSUEN, Adriano; CHAGURI, Ana Cecília. (Org.) Os Fazeres na Educação Infantil. 9ª edição. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

GOBBATO, Carolina.; BARBOSA, Maria Carmem Silveira. Os bebês nos corredores da creche: num espaço entre espaços, explorações e acolhimento. **Revista Eventos Pedagógicos: educação de 0 a 3 anos em espaços de vida coletiva.** V. 6, n. 3 (16. ed.), edição especial temática, p. 95-115, ago./out. 2015.

HEILAND, Helmut. **Friedrich Fröbel** / Helmut Heiland; tradução: Ivanise Monfredini. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. 138 p.: il. – (Coleção Educadores).

HORN, Maria Graças Souza. **Brincar e interagir nos espaços da escola infantil**. [Recurso eletrônico]- Porto Alegre: Penso, 2017.

INEP. “Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova”. **Revista brasileira de estudos pedagógicos**. – v. 1, n. 1 (jul. 1944). – Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 1944 – Publicação oficial do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais.

IPEA. **Instituto de pesquisa de econômica aplicada**. 1980. Desafios do desenvolvimento. Anos de 1980. Ano 12. Edição 72. Disponível em<
https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2759:catid=28> Acesso em 05 de julho de 22.

_____. **Ensino Superior no Brasil 1980-1991**. Texto para discussão nº 321. Disponível em<
http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2502/1/td_0321.pdf> Acesso em 05 de julho de 22.

KAUARK, Fabiana. **Metodologia da pesquisa**: guia prático / Fabiana Kauark, Fernanda Castro Manhães e Carlos Henrique Medeiros. – Itabuna : Via Litterarum, 2010

KRAMER, Sonia. **Retratos de um desafio**: crianças e adultos na educação infantil. São Paulo: Ática, 2009.

KUHLMANN JR., (2015). Educando a infância brasileira. In: LOPES, Eliana Marta Teixeira.; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. (orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, p. 469-496.

LEAO, Lurdes Meireles. **Metodologia do estudo e pesquisa**: facilitando a vida dos estudantes, professores e pesquisadores/Lurdes Meireles Leão. Petrópolis, RJ: Vozes 2019.

LOPES, Jader Jader Moreira. **Geografia e Educação Infantil**: espaços e tempos desacostumados. Porto Alegre: Mediação, 2018.

LOURENÇO, Filho. **Introdução ao estudo da escola Nova**. São Paulo: Melhoramento, 1929.

MELLO, Ana Maria; VITÓRIA, Telma. Bolhinhas de Sabão.... In: (Org.)
ROSSETIFERREIRA, Maria Clotilde; MELLO, Ana Maria; VITÓRIA, Telma; GOSUEN, Adriano; CHAGURI, Ana Cecília. **Os Fazeres na Educação Infantil**. 9ª edição. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

SILVEIRA, Denise Tolfo e CÓRDOVA Fernanda Peixoto. **Métodos de pesquisa** / [organizado por] Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica –

Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MESGRAVIS, Laima. **Assistência à infância desamparada a Santa Casa de São Paulo: a no século XIX.** Revista de História, nº 103, p. 401-423, 1975.

MOURA, Dante Henrique. **Trabalho e formação docente na educação profissional** [recurso eletrônico] / Dante Henrique Moura. – Dados eletrônicos (1 arquivo: 586 kilobytes). – Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. - (Coleção formação pedagógica; v. 3).

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Educação Infantil: Fundamentos e métodos/ Zilma Ramos de Oliveira.** -3. Ed. São Paulo: Cortez, 2007. – (Coleção Docência em Formação).

_____. Zilma Maria Ramos de Educação Infantil. (livro eletrônico): **fundamentos e métodos/ Zilma de Moraes Ramos de Oliveira.** –São Paulo:Cortez, 2013. -- (Coleção docência em formação. Serie educação Infantil).

_____. Zilma Maria Ramos. (org.) A construção dos ambientes de convivência e aprendizagem nas instituições de Educação Infantil. In. **O trabalho do professor na Educação Infantil.** São Paulo: Biruta, 2012 (no prelo).

ORTIZ, C.; CARVALHO, M. T. V. **Interações: ser professor de bebês- cuidar, educar e brincar, uma única ação.** Maria Cristina Carapeto Lavrador Alves (org.). – São Paulo: Blucher, 2012. – Coleção Interações.

PIETROBON, Sandra Regina Cardoso; UJIIE Nájela Tavares. **Educação Infantil: Saberes fazeres.** 1.ed. – Curitiba, PR: CRV, 2011.

PROENÇA, Maria Alice de Rezende. **A rotina como âncora do cotidiano na Educação Infantil.** Revista Pátio Educação Infantil, Porto Alegre, n. 4, p.13-15, 04 abr. 2004.

RINALDI, Carla. **Diálogos com Reggio Emilia: escutar, investigar e aprender.** 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

RÖHRS, Hermann. **Maria Montessori** / Hermann Röhrs; tradução: Danilo Di Manno de Almeida, Maria Leila Alves. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. 142 p.: il. – (Coleção Educadores).

SANTOS, Vera Lúcia Bertoni dos. **Promovendo o Desenvolvimento Do Faz-De-Conta na Educação Infantil.** In: CRAIDY, Carmem Maria; KAERCHER, Gládis E. Educação Infantil: Pra que te quero?. Porto Alegre: ArtMed, 2001.

SOËTARD, Michel. **Jean-Jacques Rousseau** / Michel Soëtard; tradução: Verone Lane Rodrigues Doliveira. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. 100 p.: il. – (Coleção Educadores)

_____. Michel. **Johann Pestalozzi** / Michel Soëtard; tradução: Martha Aparecida Santana Marcondes, Pedro Marcondes, Ciriello Mazzetto; organização: João Luis Gasparin, Martha Aparecida Santana Marcondes. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. 112 p.: il. – (Coleção Educadores).

SOUZA, Dalva Inês De Et Al. **Manual De Orientações Para Projetos De Pesquisa/** Dalva Inês De Souza Et Al. – Novo Hamburgo: FESLSVC, 2013.

VALE. Isabel Cristina de Oliveira do. **Práticas Pedagógicas na Educação Infantil:** diálogos possíveis a partir da formação profissional. / Organizadoras: Angela Scalabrin Coutinho, Giseli Day e Verena Wiggers. – São Leopoldo: Oikos; Nova Petrópolis: Nova Harmonia, 2012.

TOMAZ Julio Jaqueline. **Práticas Pedagógicas na Educação Infantil:** diálogos possíveis a partir da formação profissional. / Organizadoras: Angela Scalabrin Coutinho, Giseli Day e Verena Wiggers. – São Leopoldo: Oikos; Nova Petrópolis: Nova Harmonia, 2012.

ZABALA, Antoni **A prática educativa: como ensinar** [recurso eletrônico] / Antoni Zabala ; tradução: Ernani F. da F. Rosa ; revisão técnica: Nalú Farenzena. – Porto Alegre: Penso, 2014.

ZANELLA, Liane Carly Hermes **Metodologia de pesquisa** / Liane Carly Hermes Zanella. – 2. ed. reimp. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/ UFSC, 2013.